

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

**Relatório final da
Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp**

Campinas, 1º de abril de 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni”

Titulares:

- Profa. Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes – Presidente (IFCH)
- Profa. Dra. Ângela Maria Carneiro Araújo (IFCH)
- Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo (IFCH)
- Dr. Eduardo Garcia de Lima (De Lima, Emmanoel e Advogados Associados)
- Prof. Dr. Wilson Cano (IE)
- Prof. Dr. Yaro Burian Júnior – até outubro/2014 (FEEC)

Suplentes:

- Dra. Danielle Tega (IFCH)
- Dra. Fernanda Cristina Covolan (De Lima, Emmanoel e Advogados Associados)

Estagiári@s:

- Felipe Barbosa Bertuluci
- Natália Alves Rocha
- Priscila Dantas
- Sílvia Forato de Camargo
- Vítor Sales Martins de Lima

Voluntári@s:

- Adriana Rodrigues Novais
- Antônio Deval Neto

Supervisão das pesquisas realizadas pel@s estagiári@s e redação do relatório final:

- Dra. Danielle Tega

Agradecimentos

Os trabalhos que deram origem ao presente Relatório foram possíveis porque contamos com a contribuição de diversas pessoas, da comunidade acadêmica e fora dela, a quem registramos nossos melhores agradecimentos.

À Reitoria da Universidade Estadual de Campinas, especialmente ao Coordenador Geral da Universidade Prof. Dr. Álvaro Penteado Crósta. Ao Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha, pelo apoio institucional. Às funcionárias da Coordenadora Geral da Universidade (CGU) Clariza Casimiro, Danieli Boldani Zampieri, Erica Tânia Junqueira e Sônia Maria de Camargo Mazzariol.

Ao Luis Carlos Paulo, do *Jornal da Unicamp*, que criou nossa página na internet e os cartazes para divulgação de nossas audiências e eventos. À Eliane Zanatta, do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), à Neire do Rossio Martins e Telma Maria Murari, do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (SIARQ), pelo empenho e colaboração que deram aos estagiários e aos docentes da Comissão nas pesquisas realizadas no SIARQ.

Pela cessão de salas para a realização dos diferentes depoimentos, agradecemos ao Prof. Dr. Jorge Coli (Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH), ao Prof. Dr. Newton Cesario Frateschi (Diretor do Instituto de Física “Gleb Wataghin” – IFGW), e ao Prof. Dr. Fernando Sarti (Diretor do Instituto de Economia – IE). Ao Prof. Dr. Gastão Wagner, pela colaboração por ocasião da reserva da sala na Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp. Aos funcionários do IFCH, especialmente Sueli Borges Costa (Secretaria de Eventos), José Maria Otávio (Áudio Visual e Patrimônio), e Joelson Duarte Magalhães (Secretaria do Departamento de Sociologia).

Nossos especiais agradecimentos ao Júnior Paixão e à Sônia Fardin, do *Coletivo Socializando Saberes*, que participaram ativamente da gravação e transmissão de vários depoimentos que integram o presente Relatório. Ao Ronaldo Simões Gomes, o *Batata*, pela sua valiosa colaboração. E à Robêni Baptista da Costa, presa antes de ingressar na Unicamp, pelo rico e emocionado depoimento dado em nossa Primeira Audiência Pública.

Sumário

Introdução	04
1. “Por uma Comissão da Verdade e Memória na Unicamp”	08
2. Efeitos da ditadura militar sobre a comunidade acadêmica	16
3. Linha do Tempo	48
4. Recomendações	50
Anexos	52

Introdução

Passados cinquenta e um anos do golpe de Estado perpetrado pelas Forças Armadas contra o regime democrático que se consolidava no Brasil, é inegável o legado destrutivo da ditadura militar (1964-1985). As faixas e cartazes erguidos nas recentes manifestações de rua em várias partes do país, por meio dos quais se reivindica intervenção militar, parecem evidenciar que ainda é precária a memória social sobre esse importante momento da história política brasileira.

Setores da sociedade brasileira, contudo, parecem dispostos a efetivamente encarar e “passar a limpo” os fatos associados ao período de arbítrio e autoritarismo representado pela recente ditadura brasileira. Nesse processo de recuperação histórica de tais acontecimentos, verificamos atualmente os trabalhos e a divulgação dos resultados de diversas Comissões da Verdade instaladas em instituições e setores sociais variados, como no Executivo nacional, nas prefeituras, nas Assembleias Legislativas, em Câmaras Municipais, sindicatos, universidades, etc. Trata-se de momento ímpar, ainda que tardio, para levar adiante investigações que possam lançar luz a esse período da história do país, com suas questões não trabalhadas e fatos não elucidados.

Aqui deve ser destacada a importância das Comissões da Verdade universitárias, uma vez que o âmbito do ensino superior e da comunidade acadêmica foram dos mais atingidos pelos atos de arbítrio e violência. A vigilância, o controle, a repressão e o terror incidiram diretamente sobre esse meio, instalando por todo o período um clima de medo e perseguição. São casos emblemáticos os vivenciados pelas universidades de Brasília (UnB), de São Paulo (USP) e da PUC-SP, e as atividades de suas respectivas comissões tem nos oferecido subsídios para consolidar o conhecimento dessa estrutura autoritária montada pelos militares e apoiadas por setores importantes da sociedade civil (empresários, mídia, igrejas etc.). Cabe lembrar, no entanto, que o arbítrio ditatorial não se restringiu a partes esparsas do ambiente acadêmico e universitário, mas se disseminou por todo o seu meio, e penetrou amplamente em todo tecido social.

Quanto à Universidade Estadual de Campinas, é preciso reconhecer que “a Unicamp não foi uma ilha.” Frente às alegações de que por aqui sempre houve um ambiente de respaldo e proteção institucional contra as arbitrariedades do regime, sem a ocorrência de eventos de grande impacto como invasões, desaparecimentos e mortes, não se pode perder de vista que o sistema repressivo construído não se baseava “apenas” nisso. Sua dimensão e alcance eram tamanhos que as consequências de seu funcionamento não são traduzíveis simplesmente em números de pessoas diretamente atingidas (presos, torturados, desaparecidos, mortos), mas reverberam para além desse círculo imediato, atingindo os supostamente “subversivos”, “comunistas” e indivíduos suspeitos, das mais variadas orientações político-ideológicas.

Para promover o esclarecimento dos fatos e circunstâncias das violações de Direitos Humanos praticadas contra discentes, docentes e demais funcionários e funcionárias da Unicamp durante a ditadura (1964-1985), foi criada, pela Portaria GR 111 de 20 de setembro de 2013, a Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” (ver anexos 1 e 2).

O presente Relatório oferece, em seu **primeiro capítulo**, a Carta aberta à comunidade acadêmica, de autoria do professor aposentado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH – Unicamp) Caio Navarro de Toledo. Amplamente divulgada, essa talvez tenha sido a interpelação mais incisiva para a criação de uma Comissão da Verdade na Unicamp, à semelhança de outras em funcionamento no país.

O **segundo capítulo** contém uma parte fundamental deste Relatório: a sistematização dos depoimentos colhidos entre fevereiro e novembro de 2014, período no qual realizamos entrevistas e audiências públicas com Luiz Antonio Teixeira Vasconcelos, Ademir Gebara, Alcides Mamizuka, Robêni Baptista da Costa, Gustavo Zimmermann, Hélio Rodrigues, Osvaldo de Oliveira, Bernardo Boris Jorge Vargaftig, Rodolpho Caniato, Anamaria Testa Tambellini, Rubem Murillo Marques, Ronaldo Simões Gomes, Rogério César de Cerqueira Leite e José Ellis Ripper Filho. Como se lerá adiante, tais testemunhos foram fundamentais para evidenciar a violência repressiva da ditadura militar, como nos casos de

tortura relatados, e também os desmandos institucionais que ocorreram na Universidade, durante o período em questão.¹

Uma linha do tempo com os principais acontecimentos relacionados à Unicamp é exposta no **terceiro capítulo**. Por fim, orientados pelas conclusões da Comissão Nacional da Verdade, nossa Comissão apresenta algumas Recomendações no **quarto capítulo** do presente Relatório.

Ao concluir esta parte introdutória, convém expor algumas das atividades promovidas pela Comissão e seu envolvimento nas diferentes discussões que permearam a comunidade acadêmica quando esteve em pauta, no ano de 2014, o debate sobre os 50 anos do golpe de 1964 e a questão da ditadura militar no Brasil.

No dia 06 de maio de 2014, a Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” promoveu o seminário “50 anos do golpe militar: repressão, memória e transição”. Realizado no anfiteatro da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) de Limeira, o seminário proporcionou um relevante efeito pedagógico: participaram de sua organização discentes da pós-graduação da Unicamp, e no público estavam presentes estudantes do Colégio Técnico de Limeira (Cotil – Unicamp), da própria FCA, e de escolas estaduais da cidade de Limeira.

Em nota publicada no dia 16 de junho de 2014 (ver anexo 3), a Comissão manifestou seu apoio às decisões das Congregações da Faculdade de Educação (FE), Instituto de Arte (IA), Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), que haviam solicitado a revogação do título de *Doutor Honoris Causa* concedido pela Unicamp em 1973 ao coronel Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação do governo militar do General Emílio Garrastazu Médici. Diante da polêmica causada pela decisão do Conselho Universitário da Universidade que, em 5 de agosto do mesmo ano, não aprovou as moções da faculdade e institutos citados, recebemos em nossa página da internet (www.comissaoverdade.unicamp.br/contato) mais de 10 mensagens manifestando descontentamento com o resultado da votação. Diante disso, encaminhamos

¹ Os vídeos dos depoimentos poderão ser consultados no site <www.comissaoverdade.unicamp.br>.

os conteúdos dessas cartas tanto à Reitoria (ver anexo 4) como ao Consu (ver anexo 5) no dia 2 de setembro de 2014.

Ao tomar conhecimento de que o prof. Bernardo Boris Vargaftig, por conta dessa mesma decisão do Consu, havia renunciado ao título *Doutor Honoris Causa* que lhe fora outorgado pela Unicamp em 1991, manifestamos uma nota de apoio e agradecimento no dia 14 de agosto de 2014 (ver anexo 6).

No dia 29 de setembro de 2014, manifestamos nossa solidariedade à Comissão Nacional da Verdade e nosso repúdio aos termos contidos no “Manifesto À Nação Brasileira”, subscrito por 27 generais da reserva do Exército brasileiro e divulgado três dias antes (ver anexo 7).

Tendo em vista as recomendações da *Comissão Nacional da Verdade* no sentido de que sejam examinadas as situações nas quais certas edificações públicas façam menções e homenagens a personalidades que tiveram papel decisivo na ditadura militar, solicitamos à prefeitura da Cidade Universitária, em 05 de dezembro de 2014, esclarecimentos sobre o mural, localizado na Praça das Bandeiras, no qual o Marechal Castelo Branco é mencionado como “Senhor Presidente da República” (ver anexo 8).

Por fim, ressaltamos nossa participação nas reuniões com comissões de outras universidades, que possibilitaram a criação da Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias, da qual fazemos parte desde seu lançamento, em seis de junho de 2014.

Deve-se reconhecer que este é o primeiro documento que objetivou examinar, de forma ampla e sistemática, os efeitos da ditadura militar sobre a comunidade acadêmica da Unicamp. Reconhecendo que a pesquisa realizada pela Comissão teve limites, nossa expectativa é a de que este Relatório incentive novas investigações em torno do assunto. Um conjunto de trabalhos acadêmicos sobre o tema permitiria o conhecimento de novos detalhes da história da Unicamp no período ditatorial: como a comunidade acadêmica foi afetada pelas permanentes ameaças e violências concretas, mas também como – por meio da resistência democrática que protagonizou – se opôs ao obscurantismo cultural e ao arbítrio representados pelo Terrorismo de Estado então vigente.

1. “Por uma Comissão da Verdade e Memória na Unicamp”²

Caio N. de Toledo³

Paralelamente aos trabalhos da *Comissão Nacional da Verdade*, várias entidades da sociedade civil e setores democráticos de aparelhos de Estado têm criado suas comissões de verdade a fim de apurar os efeitos da ditadura militar em seus respectivos âmbitos de atuação. Na área da educação, algumas instituições de ensino superior igualmente tomaram iniciativas semelhantes.

Provavelmente, entre as universidades brasileiras, a USP e a UnB foram, durante a ditadura militar, as mais afetadas em matéria de “violações dos direitos humanos”. Demissões e aposentadorias compulsórias, prisões, desaparecimentos e mortes de membros dessas duas comunidades acadêmicas ocorreram durante o regime militar; enquanto alguns desses fatos se efetivaram pela iniciativa das altas direções universitárias, os demais aconteceram com a anuência, complacência ou omissão dessas mesmas autoridades.

Criada nos primeiros anos do regime de 1964, a Unicamp – quando comparada com a UnB e USP (que já criaram suas respectivas comissões da verdade) – parece não registrar, durante a ditadura, significativos episódios de violações de direitos humanos. Lembrando os termos de um insultuoso editorial de influente jornal paulista, não seria possível argumentar que, a rigor, a comunidade acadêmica da Unicamp teria sofrido apenas os efeitos de uma “ditabranda”?⁴

² Publicado originalmente em <www.viomundo.com.br>.

³ Professor aposentado da Unicamp.

⁴ Em editorial, a *Folha de S. Paulo* (17/2/2009) denominou “ditabranda” os 21 anos de regime militar brasileiro; para os politólogos do jornal, seria a quantidade das violações humanas (prisões, torturas, mortes e desaparecimentos) o critério mais adequado para distinguir as ditaduras violentas (Chile, Argentina, Uruguai etc.) das “brandas” (Brasil).

Assim, feitas as contas, a conclusão não seria outra: a proposta de uma Comissão da Verdade na Unicamp deveria ser arquivada posto que foi irrisório o número de vítimas da ditadura militar em sua comunidade acadêmica.

A fim de reforçar o argumento da não pertinência de uma Comissão da Verdade nessa universidade paulista, também poderia ser afirmado que, nos “anos de chumbo”, ali existiram “dirigentes esclarecidos” que defenderam os membros da comunidade acadêmica contra os arbítrios do regime militar.

Exemplo paradigmático deste tipo de postura seria ilustrado pela ação do reitor Zeferino Vaz (1966-1978). Embora fervoroso defensor da “Revolução de 1964”,⁵ o criador da Unicamp, afinal, não defendia seus “comunistas”?

Conta-se que numa recepção a Eric Hobsbawm, na sala da Reitoria, no ano de 1975, teria ele apontado para os organizadores do evento e gracejado ao historiador marxista: *“Veja, professor, são todos comunistas. Todos comunistas, mas extremamente competentes”*.⁶ Valendo-se do prestígio que gozava no interior dos altos comandos militares, não teria sido ele o único Reitor brasileiro que visitou um docente e alguns estudantes de sua universidade nas prisões e nos porões da ditadura?⁷

Para reforçar ainda mais o argumento poder-se-ia lembrar também que a Unicamp recebeu de braços abertos estudantes de outras universidades expulsos por atos

⁵ No curriculum “revolucionário” de Zeferino Vaz podem ser destacados: fornecimento de 250 peruas para o transporte de tropas militares, em território paulista, nos dias do golpe: denúncia da influência de “intelectuais marxistas” (sic) nos meios acadêmicos (entre eles, Caio Prado Jr. e Celso Furtado); como interventor na UnB, nos primeiros dias de abril de 1964, demitiu docentes da “esquerda subversiva”; numa palestra aos militares da ESG não poupou severas críticas ao bispo de Olinda, D. Helder Câmara, pois, no exterior, “denegria a nação brasileira”; saudou com entusiasmo a decretação do AI 5, pois seria um instrumento decisivo para conter a “subversão esquerdista” no país. Stela M. Meneghel, *Zeferino Vaz e Unicamp*. Uma trajetória e um modelo de universidade, dissertação de mestrado, FE, 1994 e *Jornal da Unicamp*, no. 246, abril de 2004.

⁶ Num artigo, afirmou que não se importava em “saber qual é a ideologia política do professor. Apenas não admito que ele utilize a universidade para fazer pregação ideológica”. No mesmo texto assegurava que não “admitiu nunca que invadissem a Unicamp para deter qualquer professor em razão de ideologia política”. “A universidade e a economia brasileira”, *Revista Tibiriçá*, n. 9, 1979, apud Stela Meneghel, op. cit.

⁷ Informativas matérias assinadas pelo jornalista Eustáquio Gomes (*Jornal da Unicamp*, nos. 246, 325 e 326) são leituras indispensáveis. Relata o jornal que Zeferino Vaz visitou o prof. Ademir Gebara na prisão; este fato, contudo, não suspendeu as torturas. A matéria informa também que o Reitor, contudo, não se comoveu com a detenção de Alcides Mamizuka; para este estudante da Unicamp, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, “não houve chocolates nem cigarros, muito menos visitas de reconforto moral na prisão” nos dois anos de prisão.

obscurantistas de dirigentes serviçais da ditadura; igualmente pesquisadores estrangeiros, ameaçados pelas ditaduras de seus países, foram acolhidos e contratados como docentes da Unicamp.

Ainda na mesma direção, podem também ser lembradas, entre outras, as contratações de três docentes que, em plena ditadura militar, jamais hesitaram em fazer críticas ao regime de 1964. Maurício Tragtenberg, Antonio Candido e Paulo Freire.

Unicamp: ao largo da ditadura?

Não obstante todos estes fatos, é legítimo indagar se, durante o regime militar, a comunidade acadêmica da Unicamp teria sido privilegiada a ponto de não ter sofrido os efeitos repressivos da ditadura que, todos sabemos, afetaram importantes entidades culturais, editoriais, de ensino e de pesquisa no pós-1964.

A edição especial do *Jornal da Unicamp* (JU) sobre os 40 anos do golpe de 1964 relata que, durante a ditadura militar, jovens docentes sofreram “ameaças de morte” (entre eles, estava Luiz Gonzaga Belluzzo, do Instituto de Economia, que teve de abandonar apressadamente o país para escapar à prisão); em outubro de 1975, Ademir Gebara, docente do IFCH, foi preso de madrugada em casa e transportado para os porões da OBAN; durante três semanas ali sofreu brutais sessões de torturas.⁸ Alguns estudantes da Unicamp – hoje docentes nesta universidade e em outras instituições de ensino – igualmente foram presos e torturados nos anos 1970.

Tendo em vista que as edições do *Jornal da Unicamp* não podem ser consideradas como o resultado de uma ampla e sistemática pesquisa sobre o assunto, não seria adequado investigar, de forma mais rigorosa e metódica, a existência de eventuais arbítrios e violações dos direitos humanos ainda desconhecidos?

⁸ Como relata o *Jornal da Unicamp*, no. 246, Ademir Gebara, após os maus tratos sofridos, teve de fazer uma cirurgia corretiva do nariz; em depoimento pessoal, afirmou que, após as violências sofridas nos porões da Rua Tutóia, São Paulo, teve parte de sua audição comprometida. Posteriormente, Ademir solicitou que os dias de terror não lhe fossem subtraídos da contagem de tempo de serviço. A Unicamp atendeu este pedido, mas não lhe pagou o salário a que fazia jus pelos dias de barbárie sofridos na prisão.

Valendo-nos ainda das matérias publicadas pelo JU, somos informados que, no final dos anos 1960, um general de reserva, José Valverde, atuava nos altos escalões da Unicamp.

Relata também o jornal que o ex-diretor da Faculdade de Engenharia e coordenador da implantação das obras na Universidade – inteiramente afinado com o regime militar – agia com muita desenvoltura no *campus*; com frequência, chegava a interpelar docentes e estudantes sobre suas convicções críticas à ditadura. Numa reunião, teve a insólita atitude de colocar seu *Colt 44* sobre a mesa a fim de intimidar seus pares. Nesse dia, poucas semanas após o famigerado AI 5, teria dito: “*Agora tem lei neste país. Vou botar esses comunistas na cadeia*”.

O Reitor não assistiu esta típica cena de faroeste tipo B; quando soube dela, afirma-se que teria ficado molestando. A incivilidade e a total falta de decoro acadêmico, contudo, não foram razões suficientes para o dirigente – que detinha quase ilimitado poder na Universidade – demitir sumariamente o General da reserva.

Isso somente viria ocorrer após Zeferino Vaz comprovar que o militar tramava a sua deposição do comando da universidade. Resta então a questão: o que explicaria a presença de um militar golpista junto às altas esferas da administração da Unicamp? Como não devia estar ali “a passeio” nem por um mero acaso, o mínimo que se pode concluir é que a presença ostensiva do militar golpista criava inquietações e constrangimentos entre os docentes e funcionários da universidade.

Mas não foi apenas hipotética a ingerência da ditadura sobre a Unicamp. Uma legislação imposta pela ditadura militar às universidades brasileiras teve seus efeitos no passado e ainda se refletem no presente de nossa vida acadêmica. Esta constatação foi claramente exposta por um recente documento aprovado pela instância maior do IFCH. Examinando os pressupostos legais do “processo disciplinar” movido pela Reitoria anterior contra seis residentes da moradia estudantil da Unicamp, a Congregação dessa unidade, assim se posicionou:

(...) as disposições disciplinares constantes do Regimento Geral da Universidade Estadual de Campinas, em particular aquelas

concernentes à forma processual (artigos 227, inciso VIII; 234 e 235), são a transcrição verbatim do Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, braço universitário do Ato Institucional no. 5, de 13 de dezembro de 1968.

Alguém duvidaria que estas “disposições disciplinares”, impostas pela legislação da ditadura militar, ameaçam estudantes e funcionários da Unicamp quando suas respectivas categorias se mobilizam em defesa de reivindicações sociais (salariais, saúde, moradia etc.) e políticas (democratização das instâncias de poder na universidade)?⁹ Mais do que simples ameaças, deve ser lembrado que recentes decisões da Reitoria e do CONSU se fundamentaram na legislação autoritária ainda não revogada na Unicamp.

Temos de convir que a manutenção da legislação imposta pela ditadura militar compromete a convivência democrática no campus; como ponderaram as Congregações do IFCH e da Faculdade de Educação, atos recentes das altas instâncias da Universidade são “*uma profunda ofensa aos direitos fundamentais dos punidos e à liberdade de manifestação e expressão na universidade*”. Com justificada razão, os estudantes e funcionários das universidades públicas brasileiras afirmam que, passados quase 30 anos, a ditadura, para eles, ainda não acabou.

A Unicamp não foi uma ilha

*“A memória não diz respeito apenas ao passado. Ela é presente e futuro”.*¹⁰

Na presente conjuntura político e ideológica brasileira, na qual inúmeras entidades da chamada sociedade civil e vários setores democráticos do aparelho estatal, em

⁹ Sobre estes dois episódios, ressaltamos que duas congregações se manifestaram. Notas das Congregações da Faculdade de Educação (29/2/2012) e do IFCH (7/3/2012) repudiaram as sanções disciplinares contra trabalhadores técnico-administrativos e estudantes.

¹⁰ A citação acima vale também como um reconhecimento do exemplar depoimento da pesquisadora Dulce Pandolfi à *Comissão da Verdade* da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no dia 28 de maio de 2013 <<http://racismoambiental.net.br/2013/05/integra-do-depoimento-da-historiadora-dulce-pandolfi-a-comissao-estadual-da-verdade-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em 10 de junho de 2013.

todo o país, decidem se associar ao trabalho investigativo da Comissão Nacional da Verdade, é aceitável que – em face ao conjunto de fatos acima arrolados – que a Unicamp permaneça indiferente ou se omita?

Relevantes entidades universitárias brasileiras aceitaram colaborar com a CNV, pois reconhecem que devem contribuir para que sejam conhecidos os efeitos da ditadura militar no terreno específico da educação superior.

Se aceitarmos que os trabalhos da *Comissão Nacional da Verdade* podem ser decisivos para que a sociedade brasileira conheça melhor seu passado recente e se aproprie da totalidade de sua história – na expressão popular, “que o país seja passado a limpo” –, seria incoerente que uma comunidade centrada na pesquisa e na reflexão crítica se coloque à margem dessas iniciativas. Não é este o momento da Unicamp exercer, de forma consequente e plena, o “direito à memória” e o “direito à verdade”?

Por sua vez, ao sabermos que o exercício desses direitos tem a ver diretamente com destinos humanos, a Unicamp não pode ignorar os dramáticos e funestos episódios que, durante a ditadura, foram vividos por membros de sua comunidade; ou seja, sofridos por homens e mulheres que estiveram comprometidos com a instituição.

Deixar de pesquisar o passado recente da universidade, implicaria afirmar que a ditadura inexistiu na Unicamp. Significaria, objetivamente, admitir que membros de sua comunidade acadêmica não sofreram, psicológica e fisicamente, os efeitos de um regime de arbítrio e de violências.

Quem poderá negar que aqueles sombrios tempos, cotidianamente, se fizeram presentes por meio de ameaças e censuras veladas; por meio de angustiantes temores e medos interiorizados; por meio de espadas reais rondando as cabeças de homens e mulheres concretos?

Ainda mais grave: admitir que a ditadura inexistiu na Unicamp implicaria, objetivamente, ignorar a realidade da privação da liberdade, das ofensas morais, dos humilhantes interrogatórios e dos sofrimentos físicos que viveram os membros da comunidade acadêmica, presos e torturados nos cárceres da ditadura militar.

Por meio da decisão de criar uma Comissão da Verdade e Memória, a Unicamp afirmaria que, embora fundada sob os auspícios do regime militar, não foi conivente com seus objetivos e práticas efetivas.

Além de reconhecer a atuação dos membros da comunidade acadêmica que não se calaram no combate da política de terror de Estado, os trabalhos da Comissão poderiam também comprovar que – não obstante os riscos e os interditos – a Unicamp construiu espaços de resistência democrática.¹¹

Não faltariam depoimentos e evidências testemunhando que a ditadura militar foi questionada na Unicamp posto que a comunidade acadêmica não se vergou às pressões discricionárias nem se prestou a difundir as ideologias do desenvolvimento e segurança nacional, do Brasil-potência, do “*ame-o ou deixe-o*” etc.

Embora nas suas origens o projeto da criação da Unicamp tenha as marcas indelévels do regime militar, sua comunidade acadêmica não permitiu – como desejavam a tecnoburocracia civil-militar e o grande empresariado (nacional e internacional) – que a instituição fosse um aparelho ideológico que legitimasse a “modernização conservadora”.¹²

Igualmente, a pesquisa sobre os tempos da ditadura poderá mostrar que a Unicamp teve unidades de ensino e centros de pesquisa que questionavam abertamente a

¹¹ Expressão maior da resistência da comunidade acadêmica ao autoritarismo se manifestou por ocasião da tentativa do governador do estado de São Paulo, em plena ditadura (1981), de intervir na Unicamp. A imposição de nomes estranhos à universidade, como diretores de unidade, por parte do governador-biônico Paulo Maluf, foi veementemente rechaçada pelo conjunto da comunidade acadêmica. Certamente, este foi o momento político mais significativo de toda a história da Universidade na luta pela autonomia universitária na medida em que não esteve restrito à comunidade acadêmica; setores significativos da sociedade civil apoiaram o movimento que foi às ruas de Campinas para denunciar a intervenção de Paulo Maluf, leal servidor da ditadura militar. Uma ampla cobertura deste episódio pode ser conhecida em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/julho2006/ju330pag6-7.html>.

¹² Duas dissertações de mestrado defendidas na Faculdade de Educação examinam o projeto de criação da Unicamp; convergem quando concluem que os objetivos tecnocráticos (ênfase nas ciências exatas e tecnológicas) e “modernizantes” da Unicamp permitiram que essa instituição – ao contrário do que ocorreu na UnB (concebida com um projeto semelhante) – fosse poupada do controle e da repressão militar; privilegiada, em seus primórdios, com o efetivo apoio de empresas nacionais e multinacionais e das agências de fomento estatais, a Unicamp, em poucos anos, se tornou uma referência de pesquisa e ensino em todo o país; por sua vez, a autonomia (i. é, a não intervenção militar) foi garantida por meio da atuação pragmática de seu “criador”, o reitor Zeferino Vaz. Cf. Stela M. Meneghel, op. cit. e Elói da Silva Lima, *A criação da Unicamp, administração e relações de poder numa perspectiva histórica*, dissertação de mestrado, FE, Unicamp, 1989.

política econômica, social e educacional do regime militar bem como organizou eventos (inclusive internacionais) com a participação de autores de esquerda e críticos da ditadura.

A criação de uma Comissão da Verdade e Memória seria, pois, uma clara afirmação de que a comunidade acadêmica da Unicamp está radicalmente comprometida com os valores democráticos e repudia o arbítrio, a intolerância e o autoritarismo do regime de 1964. Comprometida com a permanente busca da “verdade histórica”, a Unicamp afirmaria que não transige em matéria de pesquisa livre, docência crítica e espaço do irrestrito debate democrático.

Por último, é inegável que, sob o regime de 1964, a Unicamp não enfrentou as dramáticas e dolorosas situações vividas, entre outras, pela USP, UnB e PUC-SP, que decidiram criar Comissões da Verdade. No entanto, seria inaceitável, moral e intelectualmente, aceitar o argumento da macabra estatística – “irrisória quantidade de vítimas” (mortes, desaparecimentos e torturas) no interior da comunidade acadêmica – para descartar a criação de uma Comissão da Verdade e Memória na Unicamp.

Tendo em vista os fatos e indícios acima apontados, uma Comissão da Verdade e Memória também se impõe na Unicamp; afinal, nos anos da ditadura militar, sua comunidade acadêmica não habitou uma serena ilha em pleno mar revolto.

2. Efeitos da ditadura militar sobre a comunidade acadêmica

O Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, foi um dos mais importantes instrumentos repressivos dirigidos a área educacional. A transcrição de seus artigos iniciais ajuda na compreensão dos seus poderes de intimidação:

1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

A ditadura militar usava tanto das vias institucionais como do terrorismo de Estado com o objetivo de semear medo e comprovar o poder do aparato repressivo. O Serviço Nacional de Informações (SNI) controlava uma extensa e abrangente rede de

informações, que incluía informantes e infiltrados policiais em todas as instituições públicas, especialmente aquelas que reuniam os subversivos potenciais. E os estudantes universitários estavam entre os primeiros da lista.

Os casos expostos a seguir constituem exemplos eloquentes dos métodos da ditadura militar e dos lamentáveis efeitos que tiveram sobre a vida de alunos, professores e funcionários afetados.

É importante assinalar que optamos por não realizar depoimentos ou entrevistas referentes à Intervenção na Unicamp em 1981¹³ por considerar que já há uma abrangente pesquisa realizada pelo Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (SIARQ),¹⁴ que merece ser reconhecida. Além disso, diversos testemunhos sobre esse tema já foram colhidos para o recente documentário *Intervenção Unicamp* (2014), de Beto Roldan. A qualidade e a seriedade tanto do filme como da pesquisa do SIARQ os tornam referências no assunto, sobre as quais pouco avançaríamos.

2.1. Bernardo Boris Jorge Vargaftig

Na história da ditadura militar brasileira, sabe-se que a primeira onda de perseguições e cassações teve início logo após seu ato inaugural, o golpe de Estado em 1964. No âmbito que concerne à nossa Comissão, identificamos um caso que data desse primeiro momento: trata-se do professor e pesquisador Boris Vargaftig.¹⁵

¹³ No período de grave crise institucional ocorrido em meados de 1981 até o início de 1982, oito dos doze diretores de unidades foram destituídos de seus cargos pelo Reitor Plínio de Arruda Moraes, que nomeou novos diretores interventores, a mando do governador Paulo Maluf. Foram também demitidos quatorze funcionários, diretores eleitos da Associação dos Servidores da Unicamp (ASSUC).

¹⁴ Ver: <<http://www.siarq.unicamp.br/35anos/intervencao.html>>. Consulta em 10 de dezembro de 2014.

¹⁵ A Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp recebeu o depoimento de Bernardo Boris Jorge Vargaftig no dia 16 de maio de 2014.

Bernardo Boris Jorge Vargaftig é formado em Medicina pela Universidade de São Paulo (USP) no ano de 1963 e é Docteur Ès Sciences pela Université Paris-Sud 11 em 1972.¹⁶ Em seu relato, o professor informa que foi detido inúmeras vezes pela repressão policial – por atividades relacionadas a partidos de esquerda e movimentos políticos – antes mesmo da instauração da ditadura, e destaca especialmente duas dessas experiências.

A primeira delas ocorreu no ano de 1961. Desde 1954, ainda na condição de estudante de 2º grau, Boris Vargaftig participava ativamente da Juventude Comunista, grupo ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Participava de campanhas eleitorais, manifestações estudantis, panfletagens em porta de fábricas, entre outras atividades militantes. Tendo aderido ao trotskismo como base teórica de sua militância, foi detido em uma dessas atividades políticas; ocasião na qual permaneceu preso por onze dias. Segundo afirmou, não sofreu tratamento degradante, de maneira que não houve maiores repercussões. Em suas palavras,

Veio 1961, nós vínhamos bem [envolvidos] no movimento trotskista, estava em porta de fábrica praticamente todo dia, e foi lá que eu fui detido pela primeira vez. (...) Estava em cima de um caixote, falando, agitando, distribuindo coisas. Acho que era na Cobrasma, na Lapa. E veio a polícia, chegou logo a polícia, então saímos correndo. E estupidamente parei num bar para tomar um café... agitador é gente também, não é? Os caras entram de revolver em punho e prenderam a gente. Fiquei 11 dias em uma cela comum, com um monte de gente simpática. Foi realmente... não vou dizer que foram férias, porque isso é visto com 50 ou 60 anos de recuo, mas não posso me queixar do tratamento, digamos assim.

Ainda segundo seu relato, essa situação se repetiria inúmeras vezes; ou seja, mesmo durante o período democrático anterior ao movimento golpista de 1964.

Após concluir sua formação na Faculdade de Medicina da USP, ainda em 1963, Boris foi convidado pelo professor Oswaldo Vital Brazil, pesquisador com quem tinha contato na USP, a integrar-se ao corpo docente da nascente Faculdade de Medicina de Campinas – instituição que precedeu e foi o núcleo originário da futura Universidade

¹⁶ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5422438798156358>>. Consulta em 06 de dezembro de 2014.

Estadual de Campinas. Seu contrato de trabalho como docente da Faculdade de Medicina não foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), presidido então pelo prof. Zeferino Vaz. Em seu despacho, o presidente do CEE alegou que tal contratação não atendia ao “interesse público”. Assim, o vínculo com a Faculdade deu-se através de uma bolsa como auxiliar de pesquisa e ensino.

Em seu depoimento, Boris Vargaftig destaca que essa situação pode ter tido relação com pressões dos militares em vista de seu histórico de atividades políticas e de “agitação”. A este respeito, lembra ele que seu discurso, como orador da turma de formandos de 1963, havia sido vetado pelo Diretor da Faculdade de Medicina da USP, pois era conhecido como um “agitador político” naquela instituição. Ressalta, no entanto, que semelhante leitura sobre sua não contratação advém de uma interpretação dos fatos, não sendo, pois, um processo evidente.

A essa época, um pouco antes de vir para Campinas e no contexto do golpe, voltou a ter – após um interregno afastado – um breve contato com organizações partidárias, mais fortemente com o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). Contudo, após a mudança para a nova instituição, novamente se afastou de tais atividades.

No dia 14 de julho de 1964, enquanto trabalhava na Faculdade de Medicina de Campinas, Boris Vargaftig foi preso dentro de sala de aula:

Um belo dia eu estava trabalhando com dois estudantes cujos nomes infelizmente eu não recordo e um técnico, que foi técnico daqui e se aposentou; Nadim – é um nome de origem libanesa –, uma pessoa extremamente simpática, agradável (...). E o Nadim estava na sala também, me ajudando a operar, quando vem dois caras e dizem: “O senhor é tal pessoa, o senhor está detido. Mas continue, professor, termine sua operação, sua aula.” E ficaram olhando na porta entreaberta. Eu tive suficiente sangue frio naquele momento para terminar [o que estava fazendo]. E me levaram.

Encaminhado ao DOPS-SP, foi mantido sozinho em uma cela durante três dias. Seu depoimento indica que, naqueles primeiros momentos de ditadura militar, não sentia existir um grande clima de temor ou apreensão diante da prisão – fato que seria muito

diferente alguns anos mais tarde, para qualquer militante político nas mesmas condições. Nessa questão podemos aludir à observação de que, nesse primeiro período, o foco dos golpistas de 1964 estava apontado para os setores político-partidários (cassações de mandatos, por exemplo) e para o movimento dos trabalhadores propriamente dito. Os setores mais intelectualizados ainda se mantinham relativamente preservados.

Depois desses três dias de encarceramento, foi transferido, em um jipe do exército, ao navio-prisão Raul Soares, estacionado na cidade de Santos, estado de São Paulo. Ali permaneceu detido por um tempo maior: cinquenta e três dias. A tônica de seu tratamento seria basicamente a mesma, apesar de constantes interrogatórios e de alguns períodos de maior apreensão, conforme ocorresse algo estranho à rotina:

Cheguei no navio, evidentemente... nem posso me lembrar que temeroso, mas curioso. É engraçado porque tenho uma impressão de que nada podia acontecer. Evidentemente que quem ia preso alguns anos depois não ia preso com essa impressão. Então me puseram, sem nenhuma brutalidade particular, numa das cabines, porque as celas eram as antigas cabines de um navio no porto de Santos. (...) Fiquei [preso] 53 dias. O regimento, não sei o nome que se dá – acho que é o Código Penal Militar –, diz que a gente podia ficar preso 50 dias. Depois tinha que ser solto ou acusado. Então em 52 dias eu fui solto. Fui interrogado algumas vezes por um coronel, Sebastião Alvim, que veio a ser posteriormente assessor de segurança da Unesp (...).

Uma vez liberto da prisão, Boris Vargaftig retornou a Campinas na mesma condição de pesquisador associado. No entanto, apenas por um curto intervalo de tempo. Em fins de 1964, partiu para o auto-exílio na França, onde desenvolveria toda sua carreira profissional e acadêmica. Passou a atuar inicialmente junto a laboratórios vinculados à iniciativa privada, em uma pequena cidade próxima a Paris, e defendeu sua tese de doutorado em 1972, conciliando sua atuação profissional nos laboratórios com a pesquisa acadêmica. A partir de 1977, passou a integrar o corpo de pesquisadores do *Instituto Pasteur*, chegando à posição de diretor da Unidade de Farmacologia Celular.

A excelência e o reconhecimento a que chegou o docente no âmbito da pesquisa internacional, somados à extensa rede de relações construídas no Brasil, levou a que se

tornasse uma figura de referência, no exterior, para outros pesquisadores brasileiros, que viam em seu nome um ponto de contato com o ambiente científico e acadêmico francês. Retornou ao Brasil em 1989, após vinte e cinco anos.

Em 1991, a Unicamp o homenageou com a máxima distinção prevista em seu estatuto, concedendo-lhe o título de Doutor *Honoris Causa*. Em grande medida, tratou-se de um reconhecimento à contribuição e distinção de toda sua carreira profissional e acadêmica, bem como à sua atuação em favor das relações franco-brasileiras no âmbito da farmacologia. Na sessão de entrega do título, seu caso foi lembrado como marcado por grande injustiça e arbitrariedade, elementos bastante comuns nos atos e decisões praticados sob o desmando dos militares no poder.

Recentemente, Boris Vargaftig – em carta à Reitoria da Unicamp – renunciou a esse título; por meio deste gesto, ele repudiou estar ao lado do coronel Jarbas Passarinho, Ministro da ditadura militar, que recebeu semelhante honraria acadêmica da Universidade.¹⁷

2.2. Alunos da Unicamp detidos no XXX Congresso da UNE em Ibiúna (1968)

Em 1968, a Unicamp ainda vivia seus primeiros anos como instituição universitária, de modo que seus institutos, cursos, currículos, corpo docente e discente estavam em fase de construção e estruturação. Mesmo assim, o movimento estudantil já estava relativamente organizado na universidade, sendo um exemplo disso a criação dos Centros Acadêmicos para discussão de temas pertinentes aos cursos em formação. Sobre isso, Alcides Mamizuka afirma:

¹⁷ O episódio da renúncia ao título *Doutor Honoris Causa* foi matéria de um Boletim especial da Adunicamp. Ver: <http://www.adunicamp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=843:boletim-especial-a-polemica-historia-da-concessao-de-uma-honraria-da-unicamp-ao-ministro-da-ditadura&catid=47:movimento-docente&Itemid=365>.

E nesse mesmo ano (1967, n.d.e), eu não sei bem o período (...) nós já iniciamos uma greve contra o acordo MEC-USAID. (...) Curiosamente o diretor da nossa faculdade (...) era um general aposentado, General Valverde. Mas mesmo assim nós fizemos, acho que, trinta dias de greve, e em seguida fundamos o CA do Curso Básico de Ciências, que também gera de certa forma algo inusitado, porque o que a ditadura permitia eram os Diretórios Acadêmicos, que era um órgão burocrático ligado à reitoria, e tinha alguns ditames: não fazer política, cuidar das atividades sociais, esportivas, etc. Nós peitamos essa legislação e criamos o CA do Curso Básico.

Por isso, no dia da realização do clandestino XXX Congresso da UNE, na cidade de Ibiúna, também estiveram presentes estudantes da Unicamp. Sete alunos da universidade compareceram e terminaram presos como os quase mil estudantes detidos: Alcides Yukimitsu Mamizuka, Luiz Antônio Teixeira Vasconcelos (Vasco), José Eduardo dos Passos Jorge, Edson Corrêa da Silva, Luiz Carlos Toledo, Francisco José Prado Novaes, e “Sérgio”.¹⁸

A Comissão colheu os depoimentos de Alcides Mamizuka e Luiz Vasconcelos,¹⁹ que foram de grande auxílio para uma maior compreensão do envolvimento desses estudantes no Congresso de 1968. No relato, ambos explicam que, antes daquele ano, já militavam politicamente em Campinas, dentro e fora da Universidade. Além disso, Mamizuka e Vasco faziam parte da União Estadual dos Estudantes, sendo favoráveis ao então presidente da entidade, José Dirceu de Oliveira e Silva. Por isso, organizaram um pequeno grupo para ir à Ibiúna manifestar apoio à chapa de José Dirceu, que iria concorrer, naquele momento, às eleições para presidente da UNE.

Alcides Mamizuka, Luiz Vasconcelos e Edson Corrêa da Silva cursavam Ciências Básicas (núcleo comum das engenharias e ciências exatas da época); José Eduardo dos Passos Jorge, Luiz Carlos Toledo e “Sérgio” cursavam medicina; e Francisco José Prado

¹⁸ Em nossa pesquisa, não conseguimos localizar o verdadeiro nome do militante.

¹⁹ Alcides Yukimitsu Mamizuka concedeu uma entrevista no dia 10 de fevereiro de 2014, e também participou da Primeira Audiência Pública da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” – na qual também esteve presente Robêni Baptista da Costa, sua companheira na época em que foi detido pela segunda vez. Já Luiz Antônio Teixeira Vasconcelos concedeu uma entrevista no dia 17 de fevereiro de 2014.

Novaes era aluno da Faculdade de Odontologia de Piracicaba. Em seu depoimento, Vasconcelos explica que esse grupo estava ligado a uma dissidência do antigo PCB, não tendo, no entanto, filiação partidária concreta. Juntos, fizeram o trajeto até Ibiúna em um ônibus, e depois em um pequeno caminhão. No meio do caminho, chegaram a ficar escondidos em uma plantação de mandioca.

Para Vasconcelos, era nítido que, muito antes dos estudantes chegarem ao sítio, os militares já sabiam de todo o esquema montado – ele justifica essa ideia com base na sua segunda prisão, ocorrida em 1971, ocasião na qual foi interrogado por um sujeito, JC, que lhe perguntou se não se lembrava dele, disfarçado de estudante no refeitório montado no sítio. Por outro lado, o depoente se recorda que a atuação da repressão também foi bastante precária e desorganizada no momento da captura dos universitários e do transporte até São Paulo. Ele contou que, no ônibus em que foi levado, fez amizade com um dos vigias, e chegou a participar da fuga de Vladimir Palmeira.

No período de cárcere, os estudantes foram levados para o DOPS-SP, e receberam a visita do então reitor da Unicamp, Zeferino Vaz. Há controvérsias no que diz respeito aos boatos de que o reitor teria intercedido pelos estudantes junto aos militares – Vasconcelos e Mamizuka são contrários a essa ideia, e afirmam que isso não ocorreu. O primeiro alegou, inclusive, que começou a receber um tratamento pior depois que o reitor foi embora.

Dentre os alunos da Unicamp detidos no XXX Congresso da UNE em Ibiúna, Vasconcelos e Mamizuka voltariam a ser presos, em 1971, por suspeitas de ligação com a Aliança Libertadora Nacional (ALN). Mamizuka fazia parte, de fato, dessa organização, e foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, sendo condenado a três anos de prisão. No momento de sua captura, levou tiros nas costas. Passou pelo DOPS-SP e pelo Presídio Tiradentes, sofrendo diversas sevícias no período. Saiu da prisão apenas em 1974, quando tentou regressar à Unicamp. O reitor Zeferino Vaz, porém, não quis recebê-lo para conversar sobre sua situação acadêmica, e o ex-estudante teve de prestar vestibular novamente para poder retornar à universidade, desta vez para outro curso de graduação.

Vasconcelos, entretanto, não fazia parte da ALN, mas foi acusado de integrar essa organização, pois sua prisão se deu no mesmo contexto da de Mamizuka. Foi capturado em sua residência e levado para o DOPS-SP, onde respondeu a longo interrogatório. Foi processado pela justiça militar, mas terminou absolvido – na prisão, não chegou a sofrer torturas, mas levou socos e tapas e presenciou cenas de violência em outros presos.

2.3. Rubens Murillo Marques

Rubens Murillo Marques foi contratado pela Unicamp em 1966, ano de lançamento da pedra fundamental da instituição. Compôs, portanto, a primeira geração de docentes e pesquisadores da universidade, responsável por começar do zero um novo projeto no âmbito do ensino superior brasileiro. Murillo Marques veio da USP, onde se formou bacharel em Física em 1960 e professor livre docente em 1965. Em Campinas, foi convidado para criar o Instituto Central de Matemática, ocupando o cargo de diretor até 1971. Além disso, fez parte de órgãos administrativos e decisórios importantes dentro da universidade, com destaque para a presidência da Câmara Curricular e a Coordenação de Curso Superior. Sob sua influência foram introduzidas importantes inovações na universidade, como a criação de cursos pioneiros, tais como Estatística e Ciência da Computação e a implementação de uma nova estrutura curricular, baseada em matrículas por disciplinas semestrais dentro de um sistema de créditos. Foi também assessor e figura de confiança do reitor Zeferino Vaz.

O ímpeto persecutório da ditadura militar atingiu Murilo Marques em finais de 1970, quando foi convocado para interrogatório pelo DOI-CODI (SP), chegando a ser preso por 15 dias.²⁰ Em depoimento à Comissão,²¹ ele relata tanto a surpresa ao ser abordado em sua casa por agentes da polícia como o procedimento seguido:

²⁰ Cf.: Projeto Brasil Nunca Mais, Processo nº 681.

²¹ A Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp recebeu o depoimento de Rubens Murillo Marques no dia 21 de agosto de 2014.

Um belo sábado, toca a campainha da minha casa. Eu estava dormindo até, descansando, porque era uma vida corrida, vir pra Unicamp, voltar pra São Paulo. Estava descansando e [eles falaram]: “Nós somos do Exército e queremos que o senhor nos acompanhe”. Eu disse “então, tá bom, espera um pouquinho que eu vou mudar de roupa”. Puseram-me no carro e me levaram para o DOI-CODI. Cheguei lá, e aí a gente passa por aquela rotina deles de interrogatório, de ameaças e coisas assim. Num primeiro momento, muito difíceis. A gente se sente muito constrangido pela violência, não só violência física, mas a violência moral. Uma coisa que é extremamente deprimente.

A acusação que sofreu era a de ter colaborado com “atividades subversivas” associadas ao grupo Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), pelo fato de haver concedido estadia em sua casa a um casal que atuava na clandestinidade. Rubens Murillo explica, contudo, que sequer tinha conhecimento de quem eram aquelas pessoas ou do motivo pelo qual eram procuradas; aceitou abrigá-las por solicitação de um colega e amigo, professor na Universidade de São Paulo. O casal permaneceu por uma semana em sua casa, e tal fato foi suficiente para que a repressão da ditadura militar incluísse o nome do docente no inquérito policial e o prendesse para averiguações.

Em seu depoimento, observa que o período no qual permaneceu na prisão foi relativamente ameno, não tendo sofrido pessoalmente graves ameaças ou agressões. Destaca, contudo, que podia ouvir sessões de tortura de outras pessoas, e que muitos presos retornavam às celas com graves ferimentos:

Durante minha estada, no DOPS e no DOI-CODI também, eu vi muita gente que tinha sido torturada. Casos muito tristes e alguns famigerados, como aquele antigo delegado do Dops, o [Sérgio Paranhos] Fleury. Em nossa cela, em que éramos acho que doze no Dops, ele ia lá à noite, pegava um menino – menino, jovem mesmo – e levava pra bater. E aí ninguém conseguia dormir enquanto ele não chegava de volta. Ele chegava arrebatado e aí nós íamos cuidar dele. (...) Episódios muito marcantes, de gente que tentou se suicidar na própria cela em que estávamos presos. São coisas muito traumatizantes, que ficam marcadas na vida de uma pessoa. Tem que passar muito tempo para a gente relativizar essas coisas e tentar incorporar.

Durante este período, Zeferino Vaz foi pessoalmente visitar o docente na prisão, oferecendo garantias de que a situação, em breve, seria resolvida. Segundo Murillo Marques, era uma das marcas de Zeferino o tato para saber intervir em situações delicadas, a fim de que as coisas corresse conforme seus interesses e intentos. Além da visita, contou favoravelmente ao detido o fato de possuir um tio militar que era bastante próximo do governo estadual. Efetivamente, ao fim de todo o Inquérito Policial Militar instaurado, o docente foi absolvido da acusação. No entanto, por efeito do caso, teve de deixar o cargo de Diretor que ocupava no Instituto de Matemática. Mesmo após o episódio, continuou suas atividades na Unicamp, onde faria toda sua carreira científica e acadêmica. No ano de 1986, transferiu-se do IMECC para o Instituto de Economia, e veio a se aposentar pela universidade três anos depois.

No que tange especificamente à administração da universidade, o depoimento de Rubens Murillo Marques também nos forneceu valiosas contribuições para entender algumas das dificuldades e tensões que carregavam os ares daquele período. Merece destaque, nesse quesito, a presença de um professor contratado pela Unicamp e que era militar: o general José Fonseca Valverde. Em um período de crescente endurecimento do regime, que culminaria com a edição do Ato Institucional nº5 em dezembro de 1968, Zeferino Vaz viu-se pressionado pelos intentos do citado militar de conquistar maiores poderes no interior da universidade. Isso levou a uma série de atritos assumidos pela reitoria, a fim de defender sua posição frente a iniciativas dessa ordem. Em um deles, Rubens Murillo relata que o general Valverde, àquela altura ocupando o cargo de Diretor das Engenharias e de coordenador das obras de construção do *campus*, passou a deliberadamente atrasar o andamento dos trabalhos a fim de oferecer obstáculos a Zeferino Vaz. Conforme as palavras do nosso entrevistado:

Em 1968, eu presidia a Câmara Curricular e estava muito preocupado com o início das aulas. Resolvi vir um pouco antes, no final de 1967, aqui à Cidade Universitária para ver como as coisas iam. E o prédio estava atrasadíssimo. Aí eu falei para o Zeferino: “Olha, dr. Zeferino, nós não vamos poder começar a aula lá.” [Ao que ele disse] “Não é possível, Rubens. Eu vou lá já!” Ele era uma pessoa muito decidida, não é? Então pegou o carro dele e veio. E viu que seria inviável. Aí imediatamente ele

destituíu o Valverde dessa presidência dessa comissão [de obras] e nomeou um outro engenheiro, chamado Rubens Tocalino. (...) E tirou um pouco do poder do Valverde. Um pouco. Mas, vocês imaginam, em 1968, não é? Um general... Era uma coisa um pouco delicada, né?

Com isso, afirmou ele, “conseguimos apreender um pouco do jogo de reivindicações e concessões que a administração da universidade necessariamente deveria seguir”. De acordo com Rubens Murillo Marques, houve momentos em que a Unicamp, e Zeferino Vaz como seu representante em pessoa, precisou ceder às pressões vindas de esferas mais amplas de poder, e houve momentos em que se teve condições políticas para exercer uma certa autonomia. Apesar desse jogo de poder ser inescapável, a figura de Zeferino Vaz significava um ponto de apoio e mesmo proteção para o ambiente universitário, na medida em que se valorizava acima de tudo a excelência e os valores profissionais na condução das pesquisas e atividades acadêmicas. Segundo o relato do professor, isso significou para a instituição um ambiente relativamente salvaguardado do controle e repressão ostensivamente presentes em outras universidades brasileiras durante esse período.

2.4. Expurgo na Medicina Preventiva

O chamado "expurgo na medicina preventiva" se configura como um processo que se iniciou em meados de 1975, no qual diversos membros do Departamento de Medicina Preventiva e Social (DMPS), alguns deles membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), teriam sofrido perseguição política dentro da Unicamp, em decorrência de sua militância no movimento da Reforma Sanitária, e pela adoção de práticas inovadoras. Dentre elas, se destacam a reconfiguração da relação médico-paciente, marcada pelas reflexões influenciadas para o que havia de mais avançado na época nas áreas de sociologia e psicologia e uma mudança nos eixos epistemológicos da epidemiologia, conferindo peso

maior às determinações sociais das doenças. Deve-se observar que estes desdobramentos ocorridos na Unicamp acontecem de forma concomitante com todo um esforço de perseguição ao PCB em âmbito nacional a partir de 1973, depois da repressão às organizações de guerrilha.

Tal processo, que culminou com a demissão de muitos dos membros do departamento, acaba por girar muito em torno de Sérgio Arouca, personalidade importante da Medicina Preventiva no Brasil e a mais destacada figura política daquele grupo. Nos registros oficiais, Arouca, que era militante do PCB e estimava a coerência entre sua atuação profissional e suas convicções políticas, teria pedido demissão voluntariamente.

Pelo depoimento de vários pesquisadores, Arouca teria deixado a Unicamp em virtude do grande desconforto que provocava a atuação do médico nos setores mais conservadores da universidade, inclusive na reitoria. Não apenas Arouca, como também sua companheira na época, a médica Anamaria Testa Tambellini, tiveram grandes dificuldades para defender suas teses. Outros membros do departamento, também desligados do quadro da Unicamp (caso do diretor Miguel Tobar, que não era militante de esquerda), se reencontraram no Rio de Janeiro; na Fiocruz ou no Instituto de Medicina Social desse Estado tiveram um ambiente acolhedor às suas ideias e práticas.

Em seu depoimento, Anamaria Testa Tambellini²² esclareceu a questão da saída de dezenove profissionais ligados à área da saúde (estudantes residentes, técnicos e médicos) da Unicamp, por volta de 1975. Segundo ela, esse grupo, que incluía nomes como o de David Capistrano da Costa Filho, estava envolvido em um projeto inovador na área da medicina preventiva, em que o fator social tinha uma enorme importância, e acabaram afastados da universidade:

Faço questão de mostrar que isso não foi uma perseguição a uma pessoa, ou duas, ou três que sejam. Foi a destruição de uma possibilidade muito rica de trabalho científico e de pensamento sobre serviço de saúde moldada em elementos muito avançados, e que até

²² A Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp recebeu o depoimento de Anamaria Testa Tambellini no dia 14 de agosto de 2014.

hoje no SUS não existe, mas que a gente ainda acredita que isso vai existir.

Anamaria Tambellini observou que o ex-marido Sérgio Arouca era um líder dentro deste grupo, mas enfatizou que todos os membros trabalhavam ativamente com o projeto inovador que, em meados dos anos 70, estava em desenvolvimento na Unicamp. Nesta época, existia o Departamento de Medicina Preventiva e Social (Faculdade de Ciências Médicas), unidade onde se reuniam estudantes e professores interessados nas novas leituras da medicina e na relação entre esta e as ciências sociais. A própria depoente, por exemplo, além de médica, revelou ter se graduado em ciências sociais.

No início, o projeto passou por rápida expansão, saindo da universidade e alcançando o governo do Estado de São Paulo (Campinas e municípios vizinhos). Dentre as atividades dos membros, estava o atendimento ambulatorial em bairros da periferia de Campinas, que tinha como objetivo não só o atendimento médico à população, mas também a análise da relação entre a condição de vida e a situação de saúde dos habitantes, que também participavam da discussão dos estudos.

Tambellini afirmou que o diagnóstico sempre era explicado detalhadamente ao paciente, para que ele tivesse completo entendimento do que estava acontecendo. Ela lembrou que, além disso, também trazia para as conversas a questão da determinação social das doenças:

E a gente falava para as pessoas, que aquela doença que ela tinha não é só porque entrou um bichinho no corpo dela, e que ela ficou doente, mas que tinha condições de vida, de nutrição, de habitação, e falta de prevenção por falta de uma educação suficiente, de leitura sobre aquilo, que a gente achava importante e fornecia inclusive leituras para as pessoas sobre as doenças.

Esclareceu que isso não significava qualquer tipo de proselitismo ideológico ou político. Mesmo assim, o então diretor da faculdade desconfiava do teor político das atividades e sempre acompanhava o seu andamento.

A partir de 1973, a situação do departamento começou a piorar – inicialmente, foram proibidas as reuniões entre médicos professores e alunos. Depois, foram proibidas as reuniões com os pacientes, e um professor de outro departamento foi designado para acompanhar as visitas à periferia. Posteriormente, os médicos professores do Departamento de Medicina Preventiva foram proibidos de lecionar.

Nesse período, ela e Sérgio Arouca preparavam-se para defender suas teses, mas não puderam fazê-lo, porque estas acabaram retidas na sala do reitor, acusadas de terem conteúdo “subversivo”. Além disso, a bolsa de pesquisa de Tambellini foi cortada, e ela e Arouca também não puderam defender suas teses no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, local onde cursavam disciplinas das Ciências Sociais. O reitor esclareceu que só poderiam fazê-lo caso já tivessem contrato com outra universidade.

À época, o diretor da Faculdade de Ciências Médicas não pretendia renovar o contrato de Arouca, sob a alegação de que ele “não publicava nada”. Ao protestar, recebeu como resposta que a condição para sua defesa seria que apresentasse o projeto de tese, o que ele acabou por fazer.

Mesmo assim, em 1975, ele, Tambellini e outros membros do departamento tiveram de procurar outras universidades para lecionar e realizar as pesquisas. Os afastados foram: Elisabete Moreira dos Santos, José Rubens de Alcântara Bonfim, Eduardo Maia Frizzi de Carvalho, José Augusto Cabral de Barros, Rosali Ziller de Araújo, David Capistrano da Costa Filho, Alberto Zeitune, Francisco Eduardo Campos, Célia Leitão Ramos, Lais Tolentino, Eleonora Machado Freire, Simão Alcoviesqui, Antônio Sérgio da Silva Arouca, Raimundo Araujo dos Santos, Joaquim Alberto Cardoso de Melo, Alberto Pelegrini Filho, Marília Bernardes Marques, Francisco Piracicaba e a própria depoente. Tambellini também cita, além dessas, Célia Almeida e Maria do Til Novaes.

Após a prisão de David Capistrano, a depoente foi avisada que a polícia iria procurá-la em sua residência. Diante da informação, acabou fugindo para a casa de um amigo; e ali passou dez dias, sem produzir qualquer ruído, trancada dentro de um quarto. Outro membro do departamento, Alberto Pelegrini, teve sua casa invadida por agentes do

DOPS num momento em que não estava presente; isso implicou seu abandono da cidade de Campinas.

Posteriormente, já na FioCruz, RJ, Anamaria Tambellini tentou realizar um projeto sobre a epidemia de meningite que assolava a região, mas não conseguiu pois os superiores da instituição negavam a existência de um quadro grave da doença, e rejeitaram a efetivação do projeto. Também teve dificuldades com uma pesquisa sobre acidentes de trabalho, pois sua entrada no prédio em que colhia dados foi proibida pelos militares.

Nesse momento da crise na área da medicina preventiva, o reitor Zeferino Vaz recusou-se a tomar providências a favor dos afastados, pois não queria “negociar” com os integrantes desse departamento. Na opinião de Tambellini, ele sofria pressão por parte do governo militar, e também de parceiros institucionais e financeiros, como a Fundação Rockefeller, que tinha grande influência dentro da Faculdade de Ciências Médicas e da Unicamp. Ela menciona, ainda, que esta ligação entre o reitor e a instituição norte-americana é muito anterior à fundação da universidade, prova disso é a frequente troca de cartas com os seus dirigentes em apoio à ditadura militar.

2.5. Docente e discentes da Unicamp presos em 1975

Em 29 de outubro de 1975, o professor Ademir Gebara e três alunos da Unicamp (Osvaldo de Oliveira, Hélio Rodrigues e Gustavo Zimmermann) foram presos pela ditadura militar.

Ademir Gerbara²³ iniciou sua militância muito jovem, no grêmio estudantil de sua cidade. Aos 20 anos, ingressou no curso de História da PUC-Campinas. Tornou-se docente do Departamento de História na Unicamp e membro do PCB.

²³ A Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp realizou uma entrevista com Ademir Gebara no dia 17 de março de 2014.

Oswaldo de Oliveira havia ingressado no curso de Economia da Universidade Estadual de Campinas em 1970. No início de sua vida universitária, participou ativamente do movimento estudantil, integrando e ajudando a formar organizações como o Centro Acadêmico de seu instituto (CACH). A partir de 1970, começou a militar no PCB, e após 1972, no MDB. Gustavo Zimmermann iniciou sua militância política em 1963 no movimento secundarista de Santos, onde foi diretor de grêmio estudantil. Ingressou na Unicamp em 1969 para cursar ciências exatas, mas refez o vestibular para ciências humanas em 1970, tornando-se aluno do primeiro curso de Economia. Passou a fazer parte do PCB, além de ser um dos fundadores do Centro Acadêmico das Ciências Humanas (CACH). Por fim, Hélio Rodrigues ingressou no curso de Economia da Universidade Estadual de Campinas aos 23 anos. Participava ativamente do movimento estudantil, era militante do PCB e simpatizante do MDB.²⁴

Durante o período retratado em seus depoimentos, os ex-alunos afirmaram que a Unicamp podia ser vista como um espaço no qual a repressão não aparecia de forma ostensiva, mas ainda assim a presença da ditadura militar era sentida: *“Aqui na Unicamp não entrava a polícia, é evidente que entrava disfarçada, mas não reprimindo”*, diz Hélio Rodrigues.

Gustavo Zimmermann elenca a dificuldade que o movimento estudantil tinha para dialogar com os alunos: *“O pessoal da turma fez uma fogueira com os livros do Capital”*. Já Oswaldo de Oliveira destaca os espaços de debate e a calourada cultural:

Fizeram um calourada cultural, nós inovamos no Movimento Estudantil, não mexemos com trote tradicional e chamamos nossos amigos para participar de um trote cultural, isso deu uma vida muito forte ao movimento (...). As pessoas participaram com teatro, música e cinema. Criou-se um laço importante de construção do movimento.

Gustavo Zimmermann acrescenta que eram montados murais com as notícias censuradas, mas *“No dia seguinte de manhã estava tudo destruído (...) Pedimos uma*

²⁴ Oswaldo de Oliveira, Hélio Rodrigues e Gustavo Zimmermann deram seu depoimento na Primeira Audiência Pública da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp, realizada no dia 20 de março de 2014.

audiência com o Zeferino e quem nos atendeu foi o Doutor Camargo [Chefe de Gabinete do Reitor Zeferino Vaz]”, diz. A reitoria havia afirmado, segundo o ex-aluno, que o vento estaria derrubando tais cartazes. Contudo, acabaram descobrindo que o pessoal das atléticas eram os responsáveis pela retirada dos cartazes, evidenciando o quão difícil era promover o debate político, já que “Tinha muita atividade contrária no próprio meio estudantil”:

A prisão do grupo ocorreu enquanto a maioria deles chegava em sua residência na cidade de Campinas, depois do trabalho. Ademir Gebara foi surpreendido pelos policiais que o informaram de sua prisão. Quando levado até a viatura, encontrou os três amigos e estudantes da Unicamp. Hélio Rodrigues relata o episódio da seguinte maneira:

Fui preso no final da tarde chegando do trabalho, na época trabalhava na Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo. (...) Nós tínhamos uma militância dupla, uma clandestina e outra no MDB. (...) Ficamos um tempão rodando a cidade prendendo outras pessoas.

Sobre o trajeto até São Paulo, o mesmo estudante comenta alguns fatos que evidenciam o terror e o poder que exercia a PM:

Quando nós estávamos indo para São Paulo numa veraneio com umas dez pessoas, paramos em um posto de gasolina, abasteceram, encheram vários galões de gasolina e falaram para nos despedirmos da vida (...) Ao longo do trajeto no Anhanguera havia um carro na frente da viatura com um sujeito que não dava passagem para a veraneio. Eles ameaçaram colocando a metralhadora pra fora, até que conseguiram parar o carro. (...) Prenderam o sujeito e levaram ele para o DOI-CODI. (...) Não havia limite para a repressão.

O professor e seus três alunos foram levados ao DOI-CODI, considerado por Hélio Rodrigues como “o período mais duro da prisão”. A acusação feita foi a de envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que sofria forte perseguição aos seus membros, principalmente em meados dos anos 70, o que levou à caça generalizada de pessoas que tivessem qualquer relação com essa organização partidária. Sendo assim, o motivo pelo qual foram presos não foi a ação no Movimento Estudantil, mas sim a militância externa ao

campus: “*Eu tenho certeza que não fui preso pelo Movimento Estudantil*”, diz Gustavo Zimmermann.

Ao ser detido, Gustavo Zimmermann foi colocado em uma cela sozinho, onde sofreu várias agressões por parte dos policiais:

Me puseram em uma solitária. Eu fiquei seis dias sozinho (...) Pedia água (...) me trouxeram uma garrafa de pôr leite cheia(...). Me deram para beber e era urina com sangue. Isso eu me lembro.

Os outros estudantes também passaram por vários interrogatórios e agressões, todavia esclarecem que, devido à morte do jornalista Wladimir Herzog, as torturas não foram tão intensas. “*Nós chegamos ao DOI dois dias depois da morte do Herzog (...). Isso reduziu a violência em volta da gente*”, afirma Osvaldo de Oliveira.

Os ex-presos políticos afirmam que maior que qualquer dor de tortura é a questão psicológica, principalmente o medo deixado pelo trauma, como podemos observar na fala de Osvaldo de Oliveira:

Tem uma coisa muito forte nessa história que não é só a repressão do DOI-CODI que eu fiquei alguns dias. (...) Existe um medo na sociedade que é um negócio terrível(...). Era difícil realizar qualquer reivindicação por causa do medo.

Gustavo Zimmermann também aborda essa questão, e a relaciona com as estratégias de resistência adotadas:

O que resta de memória é a humilhação que você passa e não a dor (...). O último tapa que eu levei foi de um sujeito que o pessoal dizia que era da FAB(...). Ele me falou:

- *Você sabe que você estragou sua vida.*
- *Fazer o que, foi uma fatalidade.*
- *O que você vai fazer depois que sair daqui?*
- *Eu não sei exatamente, mas tenho certeza que vou dizer para todo mundo que estive aqui! (...) Essa é a única vingança que eu tenho, dizer com orgulho que estive aqui e estava do lado certo da luta, você não.*

[Após essa resposta, o verdugo lhe dá um soco violento no rosto].

Já Ademir Gebara destaca as consequências sofridas em uma sociedade que não julgou os torturadores:

À tortura interessa tanto a informação quanto te destruir(...). Fui comprar cimento e chegou um cara com uma veraneio, era o cara que me prendeu comprando cimento também e eu vim a encontrá-lo no Aeroporto de Viracopos também(...). Aquele primeiro encontro foi meio estranho (...). Eu tinha feito minha cabeça, esse negócio de ódio é um veneno que te corrói e o lance é que a tortura quer te destruir.

Enquanto estavam no DOI-CODI, receberam a visita do então reitor da Unicamp, Zeferino Vaz. Para Ademir Gebara, apesar de não tê-los tirado da prisão, esse ocorrido possibilitou certa visibilidade aos presos, ou seja, divulgou a situação vivida por eles:

Me levaram para o Segundo comando do Exército, o Zeferino estava lá (...). Isso foi muito bom para quem estava preso (...). O impacto dentro do DOI-CODI foi brutal, porque foi o primeiro caso de quebra de incomunicabilidade.

Hélio Rodrigues também comenta sobre a visita do então reitor:

Zeferino tinha muita influência. Quando nós ficamos no DOI-CODI(...) ninguém sabia onde estávamos(...). A primeira pessoa que me consta que entrou no DOI na Rua Tutoia foi o Professor Zeferino Vaz. Ele foi nos visitar lá (...). Dom Paulo Evaristo Arns tentou nos ver e não conseguiu. (...) Depois daquela identificação nossa situação melhorou, ele já sabia que estávamos lá e estávamos vivos, qualquer coisa que acontecesse já estava identificado que aconteceu ali.

Depois de quinze dias no DOI-CODI, os quatro foram levados para o DOPS, onde, segundo os relatos, as agressões diminuíram: “*Depois que saí do DOI-CODI me mandaram para o DOPS(...)que é bem mais tranquilo*”, diz Ademir Gebara.

Finalmente, no dia 25 de Novembro de 1975, os quatro foram libertados. Atualmente, o professor Ademir Gebara continua ligado à Unicamp e também leciona na Universidade Federal da Grande Dourados. Gustavo Zimmermann tornou-se docente do

Instituto de Economia da Unicamp. Hélio Rodrigues e Osvaldo de Oliveira são professores aposentados da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

2.6. Rodolpho Caniato

O caso do professor Rodolpho Caniato²⁵ relaciona-se à questão dos afastamentos e demissões arbitrárias por parte da administração da Universidade, motivadas por desconfianças em relação à militância política dos contratados ou por simples desacato ou “desobediência” por parte dos mesmos. Reflete também o clima tenso de que se revestiam as relações pessoais, acadêmicas e profissionais sob a vigência daquele período de intenso autoritarismo na sociedade brasileira.

Caniato iniciou seus estudos de Matemática e Física na PUC do Rio de Janeiro, em 1951. Em 1953 transferiu-se para Campinas, tendo concluído Bacharelado e Licenciatura em Matemática na PUC desta cidade em 1956. Nesta Universidade lecionou, a partir de 1957, junto às cadeiras de Mecânica Celeste e Cosmografia, e construiu um telescópio que foi a semente para a fundação do ‘Grupo de Astronomia Galileu Galilei’. Foi chefe do Departamento de Matemática e também professor da cadeira de Física Geral e Experimental.²⁶ Destacou-se pelo envolvimento em diversos projetos acadêmicos inovadores, como o programa de física norte-americano da PSSC (Physical Study Science Committee), então recentemente implantado no Brasil, para concorrer com o da URSS.

Com intensa participação em iniciativas que visavam pensar em novas maneiras de realizar o ensino de Física, lançando bases inéditas para esse campo no Brasil, sua

²⁵ A Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp recebeu o depoimento de Rodolpho Caniato no dia 23 de maio de 2014.

²⁶ Informações retiradas dos seguintes endereços: <<http://rodolphocaniato.blogspot.com.br/>>; <<http://astronomia.blog.br/rodolpho-caniato/>> e <<http://lattes.cnpq.br/1047453101003438>>. Consulta em 26 de novembro de 2014.

carreira desenvolvia-se rapidamente. Ao mesmo tempo, uma semelhante postura propositiva de novas ideias e concepções não passava despercebida em um contexto de crescente vigilância e controle da sociedade, essencialmente a partir do golpe militar de 1964. Na trajetória pessoal de Caniato, essa vigilância se manifestou de modo particular em um caso ocorrido no âmbito da PUC de Campinas (PUCCAMP).

Em seu depoimento à Comissão, o professor relata que, à altura do ano de 1967, é posta em marcha pelo governo federal uma reestruturação nas universidades brasileiras que desmancharia as faculdades de filosofia do país. Em sua leitura, o interesse de tal iniciativa estava em diminuir ou extinguir os incômodos que os cursos abrigados naquelas faculdades representavam ao regime, com toda sua carga de reflexão e crítica. Caniato, então, nos aponta a maneira como esse processo se desenvolveu na PUCCAMP e o seu envolvimento direto na questão. Segue trecho de seu depoimento com relação a essa questão:

Em 1967, aconteceu um primeiro grande problema que tem a ver com política. O governo federal voltava à ideia de desmanchar as faculdades de filosofia. Certamente as faculdades de filosofia tinham sido objeto, ou razão, de muitas dores de cabeça políticas para o sistema. Certamente aí se iniciavam discussões sobre educação, sobre o papel da escola pública... Bom, por tantas razões que não só essas, em 1967 o governo federal, já depois portanto do golpe militar, baixou uma norma para as faculdades de filosofia. Elas seriam dissolvidas. E as universidades onde estavam essas faculdades tinham que se reestruturar e mudar, acabar com a faculdade de filosofia. Isso me foi comunicado pelo diretor da faculdade, que era um padre muito inexperiente, mas muito autoritário. [Ele] me disse: “olha, chefes de departamento, tratem de se enquadrar, porque vai acabar a faculdade de filosofia e vai ser preciso reestruturar isso”. Bom, eu levantei a questão sobre “como é que isso se dissolve? Por decreto?” Ele disse: “Olha, a instrução que temos é de que vai mudar, e a gente tem que se enquadrar nisso”. Eu digo “mas olha, não é possível que uma coisa de tanta importância seja resolvida só por decreto. Eu proponho que isso seja discutido na congregação da faculdade. E assim se fez, levei a coisa à congregação. A congregação discutiu. Em resumo, foi eleita uma comissão para fazer a tal reestruturação. Eu fui um dos eleitos. Nesse momento, começa uma crise.

O relato segue apontando que essa comissão de reestruturação significou a origem de diversos atritos e conflitos com a direção da universidade. Um dos maiores motivos para isso é o de que ela contava também com uma representação discente, envolvendo diretamente o corpo estudantil na formulação das propostas, o que foi praticamente tomado, nas palavras de Caniato, como “assalto ao poder” pela direção. Assim, o impulso assumido pelo professor de defender iniciativas mais democratizantes do espaço e da estrutura universitárias encontrou barreiras importantes no caminho. É digno de destaque que, no contexto social mais amplo, o Brasil e o mundo viviam sob a atmosfera do ano de 1968.

O processo na PUC se desenvolve por alguns meses, chegando ao seu fim quando Caniato é demitido da universidade. O caso particular ocorreu depois que a direção da universidade expulsou um aluno participante do movimento estudantil [hoje, professor e diretor da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp, Luiz Carlos de Freitas]. Caniato, no âmbito da congregação, sustentou a bandeira do direito à ampla defesa e de um julgamento adequado, o que apenas contribuiu para acirrar ainda mais os atritos. Em fins de 1968, semanas após a edição do AI-5, a reitoria pressiona para que os professores envolvidos em toda aquela “agitação” peçam demissão; no caso de Caniato, como isso não surtiu efeito, a PUCCAMP demite-o. Assim, encerrou-se a primeira parte de uma história de embate com a ditadura, que terá repercussões diretas no segundo momento de confronto, agora já como docente contratado pela Unicamp.

O contato com a Universidade Estadual de Campinas inicia-se em 1972, quando o professor Caniato recebe um convite para lecionar na Faculdade de Educação, através da figura pessoal do seu diretor à época, professor Marconi Freire Montezuma. Contratado nesse mesmo ano, Caniato deu sequência na nova instituição, agora com recursos e condições bastante melhores, aos seus projetos inovadores de ensino e pesquisa na Física. No entanto, tal clima tranquilo e fecundo não duraria muito tempo. Passados alguns meses, começam a aparecer conflitos e desentendimentos entre o docente e a direção da faculdade.

Episódio importante registrou-se na ocasião em que a direção, em uma situação de escassez de docentes, atribuiu-lhe aulas de pedagogia. Por se tratar de ramo estranho à

sua área de formação, ele recusou as aulas. Segundo seu relato, isso deu ensejo a uma relação cada vez mais conflituosa com a administração da faculdade, a ponto de se tornar incontornável. Tendo sua assistente à época, recém-formada em Física, Sônia Krapas, seguido os mesmos movimentos, ambos tornaram-se alvos do autoritarismo da Direção da Faculdade de Educação. Assim, logo após a efetivação da demissão de sua assistente da universidade, Caniato vê-se diretamente em colisão com a administração da faculdade e, na sequência disso, também com a administração da Unicamp. Segundo seu depoimento, na derradeira conversa com Zeferino Vaz, os motivos por trás da querela são declarados:

Fui chamado à reitoria e o Reitor então me disse - e isso agora é importante, porque isso é literal -, [ele disse]: “Olha, pode ser até que os militares perdoem a sua transgressão, mas eu não posso perdoar o seu desacato ao meu diretor. O senhor vai ser mandado embora.” E assim foi.

Com esse depoimento, o professor deixou claro que, sob seu ponto de vista, o processo que vivera enquanto trabalhava na PUCCAMP, nos idos de 1968, contribuiu decisivamente para que na Unicamp também surgissem atritos e contrariedades difíceis de administrar. Apesar disso, em sua fala o professor não enxerga diretamente a atuação da administração da universidade em um sentido de perseguição por motivações políticas, partidárias ou ideológicas. Segundo se pode depreender do teor de seu depoimento, contribuiu muito mais para este caso a estrutura e as concepções de matiz autoritária erigidas pela ditadura militar no poder, pelas quais se podia considerar (e se considerava) como “grave transgressão” qualquer iniciativa que simplesmente pretendesse debater assuntos acadêmicos sob uma base mais livre, crítica e democrática.

No que se refere ao caso do professor Rodolpho Caniato, há que se observar ainda que, anos seguintes aos acontecimentos acima narrados, já na década de 1980, houve uma iniciativa que buscou a reparação simbólica desse episódio na FE. Em um movimento liderado pelo professor Rubem Alves, a Faculdade de Educação da Unicamp convidou Caniato a novamente integrar seu corpo docente; foi um gesto de reconhecimento em relação ao processo injusto e arbitrário por ele experimentado na Unicamp, ao mesmo tempo em que visou enaltecer suas valiosas contribuições desenvolvidas ao longo de uma

notável carreira profissional e acadêmica. Por razões de ordem pessoal, o prof. Rodolpho declinou desse convite.

2.7. Rogério César de Cerqueira Leite

Graduado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA (1958) e doutorado em Física de Sólidos pela Universidade de Paris-Sorbonne (1962), Rogério Cerqueira Leite²⁷ fez parte da geração dos primeiros docentes e pesquisadores contratados pela Unicamp em seu processo de criação, na segunda metade da década de 1960, e sua posterior consolidação.

Entre os cargos que ocupou na Universidade Estadual de Campinas estão o de Diretor dos Institutos de Física e de Artes, além de ter sido Coordenador Geral das Faculdades. Merece destaque, dentre tais eventos, o processo de sucessão do reitor Zeferino Vaz, idealizador e figura eminente na implementação do projeto Unicamp. Apesar de ter sido o candidato mais votado pelo Conselho Diretor para ser o novo reitor, Cerqueira Leite teve o nome barrado na disputa em função de atritos com a ditadura militar em questões associadas ao programa energético do país. Esteve envolvido também no movimento histórico que ficou conhecido por “Intervenção de 1981” na Unicamp.

Ao longo de toda sua trajetória, a produção científica de excelência o projetou a posições de destaque internacional no campo da Física no Brasil. É Professor Emérito da Universidade Estadual de Campinas, da qual foi professor titular de 1970 a 1987.

A indicação do seu nome na lista dos “elegíveis” à sucessão de Zeferino foi barrada, a princípio, pelos militares em virtude de seu posicionamento contrário à compra de tecnologia nuclear alemã, pois, segundo ele, até hoje não deu resultado quanto à sua eficácia; e naquela época os testes não apresentavam resultados satisfatórios. Os avanços

²⁷ A Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp recebeu o depoimento de Rogério César de Cerqueira Leite no dia 23 de outubro de 2014.

em relação à tecnologia nuclear de hoje são os mesmos da época da compra do programa alemão; portanto investimentos sem resultados.

Rogério Cerqueira Leite avaliza que a gestão de Zeferino Vaz foi marcada pela boa relação com as demais autoridades no sentido de conseguir fundos para a construção dos prédios e verba para a contratação dos melhores profissionais nas respectivas áreas de pesquisa. Esse é também o caso do próprio depoente que, integrante do grupo de Laboratórios da Bell/EUA entre 1962-1970, foi convidado por Zeferino para integrar o departamento de Física de Sólidos da Unicamp, aceitando o convite sob a condição de que toda a sua equipe também fosse contratada. Segundo ele, essa forma de conquistar recursos para a Universidade, que na época não tinha orçamento próprio, também foi uma forma de proteger os pesquisadores da Unicamp quanto a algum tipo de posicionamento político contrário à ditadura militar:

Zeferino tinha uma boa convivência com os militares. Acho que isso salvou a Unicamp. A Unicamp podia fazer coisas que ninguém podia. Como o caso de Renato Dagnino, [que] havia sido condenado pelo 477 e eu o contratei aqui, veio fugido do Rio Grande do sul e foi contratado.

Outro caso de acolhimento destacado por Cerqueira Leite refere-se aos cinco alunos do ITA que, ao fazerem uma articulação política entre senadores do MDB e da Arena para impedir a militarização do ITA, junto ao Congresso, haviam sido expulsos, presos e condenados pelo Superior Tribunal Militar. Depois, acabariam sendo absolvidos por unanimidade. Através do processo de vagas remanescentes tanto nos cursos de Física quanto da Engenharia Mecânica, a Unicamp recebeu os seguintes alunos: Marcelo Ganzarolli, Osvair Vidal Trevisan, Sergio Salazar, Waldir Gallo e Clóvis Goldemberg. Eles foram anistiados e receberam seus diplomas pelo ITA em 26 de junho de 2005.

Para Cerqueira Leite, a admissão e proteção de alunos e professores só foi possível por conta dessa estratégia de Zeferino, que “*tinha poder de proteger muita gente por causa de algumas concessões que ele fazia, era um jogo (...)*”.

2.8. José Ellis Ripper Filho

Graduado em engenharia eletrônica em 1961, José Ellis Ripper Filho²⁸ projetou o primeiro computador brasileiro, apelidado de “Zezinho”. Em 1970 foi contratado pela Unicamp, onde fundou o primeiro departamento de Física Aplicada do Brasil. Foi também fundador de várias instituições, entre elas o centro de pesquisa da Telebrás e o instituto de Informática da CET. Diretor do Instituto de Física de 1975 a 1978, e diretor-presidente da Fundação da Unicamp (Funcamp) nos períodos de 1974-75 e 1983-89, atualmente é diretor de uma empresa privada do setor (AASGA).

Sobre a particularidade da Unicamp em relação à estrutura repressiva da ditadura militar, Ripper observa:

Em 1964, eu estava fora do Brasil, nos Estados Unidos. Que eu saiba, a Universidade de Campinas foi a única universidade que não teve um plantão do SNI, fiscalizando todas as contratações. Eu garanto que não teve, porque todas as contratações foram feitas no Instituto de Física, tanto na gestão do Rogério quanto na minha, foram decididas no despacho com ele (Zeferino) e ponto final. E por que não teve? Como é que Zeferino conseguiu isso? ‘Suborno’, tá? ‘Suborno’. Ele contratava aposentados do SNI como professores titulares de ‘Problemas Brasileiros’, e esses caras davam proteção a ele. Então eu não tenho dúvida, embora não estivesse no Brasil na época, que esse título do Jarbas Passarinho fazia parte desse mesmo esquema, era parte do ‘suborno’, (...) o cara era ministro da educação. (...)

Ainda em relação a esse tema, destaca mais dois momentos como exemplo. O primeiro tem relação com a posição de Zeferino em relação a um diretor do Instituto de Matemática:

(...) logo depois que cheguei, teve uma crise no Instituto de Matemática, professores querendo demissão. Não me lembro se foi o Zeferino que pediu ou nós nos dispusemos espontaneamente [e] formamos um grupo

²⁸ A Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp recebeu o depoimento de José Ellis Ripper Filho no dia 06 de novembro de 2014.

pequeno de professores titulares para estudar o problema e fomos falar com o Zeferino. O problema era o diretor, que pode ser um bom cientista, mas com relações humanas era um desastre. Na época não havia mandato. [O grupo disse a Zeferino:] 'Você tem que tirar ele senão você vai ter crise uma atrás da outra.' Então ele [Zeferino] disse: 'Eu sei, mas ele tá sendo processado pela Lei de Segurança Nacional. (...) Se eu tirar ele como diretor, ele tá ferrado. Enquanto não acabar esse processo, ele vai ser diretor do Instituto de Matemática'. De fato, quando acabou o processo, ele [Zeferino] arranhou uma bolsa para mandá-lo pro exterior e veio o Ubiratan no lugar.

O segundo momento destacado por Ripper tem relação a um professor do Instituto de Biologia da Unicamp:

Ele [o professor] estava lamentando que a Biologia foi o primeiro Instituto a vir pro campus e em um dia chegou o SNI para levá-lo. Mas o Zeferino soube com antecedência e veio correndo pro campus. Chegou o pessoal [trecho incompreensível] e então Zeferino chegou pra eles: 'Não, vocês não vão levar este professor', e eles disseram: 'Mas temos ordens do general fulano de tal.' Zeferino [afirma]: 'Então vocês me prendam porque eu não estou deixando vocês cumprirem uma ordem, então vocês me prendam, mas ele não vai!' E aí afinaram e uma semana depois convocaram o professor para ir como testemunha. Nessas horas o Zeferino já tinha arranjado um advogado militar para defender.

Ripper afirma que, naquela época, havia em todo o país uma espécie de “cassação informal” que estava presente também nas universidades. Segundo o depoente, algumas pessoas passavam por um processo de “cassação branca”, ou seja, estavam, de alguma forma, marcadas pela repressão, e por esse motivo deixavam de receber bolsa ou verba para participar em congressos, por exemplo. Em alguns casos, havia a aprovação da CAPES ou do CNPq para tais financiamentos, mas depois a própria Universidade vedava:

Inclusive tinha várias pessoas – inclusive eu – que de vez em quando fazia o pedido, só para ver como tá a minha ficha. E nesse processo um monte de gente não conseguia emprego, porque era vetado nas universidades. Isso aqui [o depoente refere-se a medida de ‘suborno’ aos militares adotada por Zeferino] permitiu um grande desenvolvimento da Unicamp. E de repente descobriram que na Unicamp eles

conseguiriam emprego. Então o José Serra, o Belluzzo, João Manuel, Maria da Conceição Tavares, etc., todos vieram pra Unicamp, porque eram pessoas vetadas e não conseguiam emprego em outro lugar. Então acho que esse processo em que Zeferino conseguiu proteger algumas pessoas (...) foi fundamental para o desenvolvimento da Unicamp.

2.9. Ronaldo Simões Gomes

Ronaldo Simões Gomes²⁹ foi aluno da Universidade Estadual de Campinas e militante do movimento estudantil durante o período ditatorial. Natural de Ribeirão Preto, mudou-se para Campinas em 1971, quando ingressou na Unicamp no curso de Engenharia Elétrica; filho de preso político, era conhecido pelos colegas de cela do pai como o “menino que renegou a milicada”, já que havia sido aprovado no ITA, mas escolheu cursar a Unicamp.

Conhecido na Universidade como *Batata*, o ex-aluno – que participou do jornal do Centro Acadêmico das Exatas –, declarou que havia dentro da Universidade um constrangimento que restringia as possibilidades de expressão; um dos fatores que causava esse medo, além dos relatos dos companheiros de outras faculdades e de presos políticos sobre a tortura, era a figura do Doutor Camargo, delegado do antigo DOPS e chefe de gabinete de Zeferino Vaz.

Muito do que se pensava sobre a Universidade não se podia manifestar, porque os controles estavam postos, a figura do Doutor Camargo na Chefia do gabinete do Reitor Zeferino causava um constrangimento, até para a hora que queríamos marcar uma audiência tinha que passar pelo Camargo e ele abrir ou não sua agenda (...). Não se fazia nenhuma manifestação maior do que aquelas de sala fechada.

²⁹ A Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp recebeu o depoimento de Ronaldo Simões Gomes no dia 21 de agosto de 2014.

Esse constrangimento era potencializado pela existência do núcleo de “Estudo de Problemas Brasileiros”, cujos membros, no mínimo, teriam cursado a Escola Superior de Guerra. Todavia, além dessas, haviam outras concessões que precisaram ser feitas pelo Reitor ao regime:

Além da presença do Doutor Camargo existia a coordenação de Estudo de Problemas Brasileiros, ou seja, dentro do campo de concessões que Zeferino fez para compor a universidade ele entregou algumas coisas (...) a Faculdade de Educação é um exemplo, lá a esposa do Capitão Camargo pôde se impor e estabelecer o perfil inicial da F.E. Trouxe um construtivismo lindado da participação, um viés de um aluno passivo.

Em 1972, estudantes membros do Grêmio estudantil do Colégio Técnico de Campinas, o Cotuca, foram suspensos por um membro do núcleo de “Estudo de Problemas Brasileiros” que era também diretor do colégio. O motivo foi a divulgação de um jornal que examinava o 31 de março de 1964, demonstrando como a repressão também agia na Unicamp.

As aulas de “Problemas Brasileiros” serviam também para investigar quem eram os alunos mais questionadores e envolvidos no movimento estudantil; eram assistidas por indivíduos que provocavam discussões para que se pudesse perceber quem eram os estudantes que tinham definições “ideológicas”. *Batata* conta que houve uma situação em que ele fora citado por parte de um professor como sendo “o aluno financiado pelo ouro de Moscou”.

Alguns casos são relatados como exemplos da fiscalização feita no campus, como o exame dos livros que os estudantes portavam a fim de saber se tinham conteúdo “subversivo”; e o caso de um professor que, de maneira disfarçada, sempre fotografava os murais do movimento estudantil na Unicamp:

Tinha um cidadão que não me lembro o nome, mas que era alto, careca, sempre de terno e portando uma pasta (...). Quando terminava sua aula, por volta das seis da tarde, vinha com sua pastinha em frente dos murais e a abria e fechava rapidamente.

O depoente conta que haviam também alunos envolvidos nesse processo de fiscalização; dentro do movimento estudantil havia um rapaz chamado Waldemar, que, por vinte anos, permaneceu no curso de graduação de tecnologia de alimentos. Ele alertava os alunos para que não falassem sobre certos assuntos perto dele, pois era um funcionário do exército responsável por passar informações sobre o movimento estudantil da Unicamp; caso soubesse de algo teria que passar a informação para seus superiores.

Devido a todo esse aparato repressor, qualquer atividade ou debates relacionados a assuntos e questões políticas deveriam ser realizados em um regime de segurança para além da capacidade dos estudantes. Um fato interessante foi a vinda do intelectual Michael Foucault à universidade; o evento foi fechado, só podendo entrar com uma senha. Sabe-se que a maioria dos estudantes não foi informada; enfrentava-se uma situação de muito medo e insegurança.

Na Unicamp, segundo *Batata*, houve um processo de resistência muito interessante, pois tinha como base a questão cultural e não meramente política. Esse processo se inicia com a vinda do professor Roberto Gambini para Campinas; com ele se dá a formação de um grupo de teatro na Universidade que implanta, a partir das ações do grupo no *campus*, uma nova forma de relacionamento, transformando o processo de vivência e rompendo com paradigmas morais que permeavam a base da ditadura militar. Além disso, é implantando um processo cultural afluyente que se expressava pelas feiras de arte e pelo coral da Unicamp.

Em 1973, o Coral da Unicamp havia sido convidado para cantar, no dia 31 de março, no evento de comemoração do 9º aniversário do Golpe de 1964. Apesar da forte pressão, a maioria dos membros do coral não compareceu, causando uma situação desconfortável que gerou, inclusive, um grampo no telefone de uma das coordenadoras do coral.

A saída do professor Gambini da Unicamp também foi marcada por um constrangimento fruto da repressão. Sua aula foi gravada e, por conta do que foi averiguado na gravação, o docente foi chamado a depor no Comando do Exército de Campinas para

esclarecimentos de tal conteúdo. Após comunicar o fato à Direção da Unicamp e essa não assumir uma posição sobre o ocorrido, o professor pediu demissão da Universidade.

Batata afirma que, durante o segundo semestre de 1976, os estudantes da Unicamp foram chamados pelo Comando do Exército para prestar esclarecimentos sobre “agitações comunistas”. Alguns estudantes tiveram acesso ao acervo do exército e afirmaram ter visto no local todos os folhetos apreendidos que desapareciam dos murais da Unicamp. Como forma de retratação, foi exigido que esses estudantes estivessem presentes à recepção do candidato Ernesto Geisel à presidência da República, durante a campanha eleitoral de 1976. Entretanto, os estudantes alegaram que era necessário realizar uma consulta com todos os alunos para decidir se deveriam comparecer ou não à recepção. Feito um plebiscito, apurou-se que 93% dos alunos defenderam o boicote ao evento; sendo assim, os representantes do movimento estudantil não compareceram à recepção ao candidato à sucessão do General Garrastazu Medici.

No ano de 1977 a Casa dos Centros Acadêmicos, no centro da cidade, sofreu ameaça de invasão: sua porta foi arrombada e a polícia apareceu no local acompanhada pelo exército, que confiscou todo o material os centros acadêmicos, inclusive textos utilizados no curso de economia, ali guardados para serem xerocados pelos alunos.

Fazendo uma reflexão sobre o legado devastador da ditadura na Unicamp, *Batata* também recorda os casos da demissão do professor Rodolfo Caniato e do chamado “expurgo da medicina”. Questões que, somadas aos demais temas abordados em seu depoimento, implicaram no comprometimento do desenvolvimento dos saberes: *“Em termos de impacto da presença da ditadura na Unicamp o principal elemento não foi a perseguição política explícita, mas foi a interferência no processo de produção do saber”*.

3. Linha do Tempo

9 de julho de 1964: Prisão do professor-instrutor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas, Bernardo Boris Vargaftig, por agentes do DOPS-SP. Ele foi enviado ao navio-prisão Raul Soares, em Santos, SP, onde permaneceu 53 dias.

12 de outubro de 1968: As forças policiais cercaram e prenderam cerca de mil estudantes em Ibiúna durante o XXX Congresso da UNE. Dos estudantes da Unicamp que ali compareceram, foram presos: Alcides Yukimitsu Mamizuka, Luiz Antonio Teixeira Vasconcelos, José Eduardo dos Passos Jorge, Luiz Carlos de Toledo, Edson Corrêa da Silva, Francisco José Prado Novaes e "Sérgio".

5 de dezembro de 1970: Rubens Murillo Marques, diretor do Instituto Central de Matemática da Unicamp, é abordado em sua residência por agentes do exército e levado preso ao DOI-CODI (SP) para interrogatório, onde permaneceu detido por 15 dias.

25 de março de 1971: Luiz Antonio Teixeira Vasconcelos (Vasco), estudante da Unicamp acusado de pertencer à ALN, é preso e levado ao DOPS-SP.

28 de abril de 1971: Alcides Mamizuka, estudante do curso de Ciências Básicas da Unicamp e um dos responsáveis pelo setor de imprensa da ALN, é preso e levado ao DOPS-SP.

23 de julho de 1975: o médico e professor Sérgio Arouca defende sua tese de doutorado – “O Dilema Preventivista: Contribuição para a Compreensão e Crítica da Medicina Preventiva” – diante de um auditório lotado na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp.

A condição imposta pelo Reitor da Unicamp, Zeferino Vaz, para a defesa do doutoramento, foi a de que, após esse ato, Arouca e seu grupo deixassem a universidade. Nos meses seguintes, Arouca, Anamaria Testa Tambellini e outros demitem-se da Unicamp.

29 de outubro de 1975: O professor do Departamento de História Ademir Gebara e os estudantes Gustavo Zimmermann, Hélio Rodrigues e Osvaldo Luiz de Oliveira são presos, acusados de terem relações com o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Foram levados ao DOI-Codi de São Paulo onde sofreram agressões, torturas físicas e psicológicas.

1975: Acolhimento por parte da Unicamp de cinco estudantes expulsos do ITA, acusados de subversão por atuarem no Centro Acadêmico, presos e torturados no DOI-CODI. São eles: Marcelo Ganzarolli, Osvaldo Vidal Trevisan, Sergio Salazar, Waldir Gallo e Clóvis Goldemberg.

21 janeiro de 1976: Por ato do Reitor da Unicamp Zeferino Vaz, após pedido do Diretor da Faculdade de Educação, o prof. Rodolpho Caniato foi demitido da Unicamp.

1977: No processo de sucessão do reitor Zeferino Vaz, Rogério Cerqueira Leite tem seu nome vetado por setores militares, apesar de ser o mais votado na lista elaborada pelo Conselho Diretor e enviada ao governador Paulo Egydio Martins. O escolhido foi o 3º colocado da lista, prof. Plínio Alves de Moraes.

11 de maio de 1978: Fundação oficial do DCE da UNICAMP.

19 de outubro de 1981: Intervenção na Unicamp. Oito dos doze diretores de unidades, foram destituídos de seus cargos pelo Reitor Plínio de Arruda Moraes, que nomeou novos diretores interventores, a mando do governador Paulo Maluf. Foram também demitidos quatorze funcionários, diretores eleitos da Associação dos Servidores da Unicamp (ASSUC).

4. Recomendações

Tendo em vista as Recomendações do Relatório Final da *Comissão Nacional da Verdade (CNV)* – cujas conclusões procuram orientar as entidades que pesquisam a *Verdade e Memória* sobre os fatos ocorridos na ditadura militar e se empenham na defesa dos Direitos Humanos no país –, a *Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni”* da Unicamp recomenda:

- I. A realização de um *Ato de Desagravo* em homenagem a todas e todos da comunidade acadêmica que sofreram violências físicas e morais durante a ditadura militar.
- II. A introdução, na estrutura curricular dos cursos da universidade e nas disciplinas em que couberem, “*de conteúdos que contemplem a história política do país*” e que incentivem o respeito “*aos direitos humanos e à diversidade cultural,*” com o objetivo de efetivar a medida institucional expressada pela Recomendação nº 16 da CNV.
- III. O incentivo à criação de linhas de pesquisa e produção de conteúdo, bem como “*a tomada de depoimentos, o registro de informação e o recolhimento e tratamento técnico de acervos*” referentes à ditadura militar, notadamente relacionados aos “*fatos ainda não conhecidos ou esclarecidos sobre o período,*” de acordo com a Recomendação nº 29 da CNV.
- IV. A iniciativa de esclarecer de forma concreta ao público em geral, e em especial à nossa comunidade, que o Marechal Castelo Branco, mencionado no Painel da Praça das Bandeiras do *campus* como “Senhor Presidente da República”, exerceu de fato esse cargo, porém com mandato (1964-67) decretado pela ditadura, tendo sido um de seus principais chefes e líderes, e com responsabilidade direta no golpe que acabou por violar a democracia e os direitos humanos de nosso país. Essa

recomendação se baseia no *Relatório Final* da CNV, Parte 4, Capítulo 16: “*Autoria das graves violações de direitos humanos*”.

- V. Embora reconheça que o Conselho Universitário tenha, recentemente, mantido a concessão do título de *Doutor Honoris Causa*, em 1973, ao então Ministro da Educação, Cel. Jarbas Gonçalves Passarinho, reitera e solicita ao Reitor, que encaminhe o assunto em tela, ao Conselho Universitário para que este reconsidere sua mais recente decisão de manter a referida concessão. Desnecessário lembrar que o agraciado foi um dos chefes militares mais atuantes na ditadura, tendo cometido várias arbitrariedades e punições na Academia. Tal recomendação se fundamenta no *Relatório Final da CNV* que estabelece: “*Cassar as honorarias que tenham sido concedidas a agentes públicos ou particulares associados a esse quadro de graves violações (...)*”. Parte V, *Conclusões e Recomendações*, item 28: “*Preservação da Memória das graves violações de direitos humanos*”.
- VI. Cabe à Unicamp um permanente esforço para estimular práticas de respeito e tolerância no cotidiano de seu corpo discente e docente, de seus funcionários e funcionárias.
- VII. Que sejam revogados os dispositivos disciplinares autoritários – herdados ou não do período da ditadura militar – ainda vigentes nos Regimentos e Estatutos da Unicamp.
- VIII. Finalmente, que fatos e situações que atentaram contra os direitos humanos de membros da comunidade acadêmica – ocorridos durante a ditadura militar e que não foram objeto deste Relatório – possam ser informados e examinados pelo Conselho Universitário da Unicamp.

Anexos

ANEXO 1



Diário Oficial

PODER
Executivo

Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin - Governador SEÇÃO I

Palácio dos Bandeirantes Av. Morumbi 4.500 Morumbi São Paulo CEP 05650-000 Tel. 2193-8000
Volume 123 • Número 180 • São Paulo, terça-feira, 24 de setembro de 2013 www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial

Publicado em 24/09/13 – pág.104

Portaria GR-111, de 20-9-2013

Cria a Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni" da Universidade Estadual de Campinas

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, de acordo com as normas estatutárias, considerando:

- a necessidade de se investigar atos de arbitrariedade cometidos durante a ditadura militar;
- a relevância da busca da verdade histórica dos fatos ocorridos no seio da Universidade;
- o efeito pedagógico para toda a comunidade universitária que o levantamento de situações vividas e enfrentadas por docentes, alunos e funcionários durante o regime de exceção poderá ter;
- a responsabilidade da Universidade como espaço democrático e plural em contribuir para o esclarecimento e publicação desses acontecimentos; baixa a seguinte Portaria:

Artigo 1º - Fica criada, na Universidade Estadual de Campinas, a Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni", destinada a examinar e esclarecer de maneira rigorosa e metódica fatos que tenham implicado em eventuais arbitrios e violações de direitos humanos praticadas contra docentes, alunos e funcionários não docentes da Universidade durante a ditadura militar desde o momento do golpe, 31 de março de 1964, até o início do período de redemocratização em março de 1985.

Artigo 2º - São objetivos da Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni":

- I - Promover o esclarecimento dos fatos e circunstâncias das violações de direitos humanos, referidas no artigo 1º;
- II - Encaminhar às Comissões da Verdade em âmbito nacional e estadual e as informações obtidas;
- III - Recomendar a adoção, na Universidade Estadual de Campinas, de medidas e políticas destinadas a prevenir a violação de direitos humanos, inclusive propiciando elementos para a eliminação de possíveis resquícios do AI-5 ainda presentes nas normas da Universidade;
- IV - Elaborar relatório que contenha os resultados de seu trabalho de investigação dando ampla divulgação a esse texto.

Artigo 3º - Para a consecução de seus objetivos, a Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni" da Universidade Estadual de Campinas está autorizada a:

- I - recolher depoimentos, informações e documentos, assegurando, sempre que requerida, a não identificação do informante;
- II - requisitar informações e documentos de todos os órgãos da Universidade;
- III - convidar professores, funcionários e alunos que tenham vivenciado situações específicas de violações de seus direitos civis dentro da Universidade, ou qualquer outra pessoa que possa ter informações relevantes;

Artigo 4º - A Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni" da Universidade Estadual de Campinas será composta por 5 (cinco) docentes, a saber:

TITULARES:

- Prof. Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes - IFCH (presidente);

- Prof. Dr. Wilson Cano - IE;

- Prof. Dr. Yaro Burian Júnior; FEEC;

- Profa. Dr. Ângela Maria Carneiro - IFCH;

- Dr. Eduardo Garcia de Lima - De Lima, Emmanoel E Advogados Associados

SUPLENTES:

- Danielle Tega - Doutoranda em Sociologia - IFCH;

- Dra. Fernanda Cristina Covolan - De Lima, Emmanoel E Advogados Associados

Artigo 5º - A Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni" da Universidade Estadual de Campinas atuará pelo prazo de 1 ano a partir de sua instalação, com possibilidade de prorrogação, caso seja necessário.

Artigo 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO 2



UNICAMP

PORTARIA GR nº 07/2014

Designa membro para compor a Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni" da UNICAMP

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, baixa a seguinte PORTARIA:

Artigo 1º - Fica designado o Professor Doutor CAIO NAVARRO DE TOLEDO para, na qualidade de Membro Titular, integrar a Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni" da Universidade Estadual de Campinas.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 17 de fevereiro de 2014.

JOSE TADEU JORGE
Reitor

Encaminhado cópia p/ Prof. Caio N. Toledo/IFCH, c/RR 012/14 em 19/02/14.

ANEXO 3



**COMISSÃO DA
VERDADE E MEMÓRIA**
Octávio Ianni

A Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Universidade Estadual de Campinas manifesta seu integral apoio às decisões das Congregações da Faculdade de Educação, Instituto de Arte, Instituto de Estudos da Linguagem e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas que, em recentes reuniões, solicitam a revogação do título de *Doutor Honoris Causa* concedido pela Unicamp, conforme nos informa a Ata do Conselho Diretor de 30 de novembro de 1973.

Entendemos que não se coaduna com a história de nossa Universidade – que sempre outorgou semelhantes títulos a renomados pesquisadores e eminentes figuras públicas do país e do exterior – a homenagem prestada a quem, durante os anos sombrios do regime militar, contribuiu decisivamente para cercear a liberdade de pensamento, aposentar docentes e pesquisadores universitários e expulsar estudantes e funcionários de instituições públicas do país.

A revogação do título por parte do Conselho Universitário significará o reconhecimento de que a Universidade Estadual de Campinas se associa ao conjunto de iniciativas que, hoje, em todo o país, busca – no plano simbólico – questionar o legado da ditadura militar.

Campinas, 16 de junho de 2014.

Maria Lygia Quartim de Moraes
Presidente da CVM “Octávio Ianni” da Unicamp

www.comissaoverdade.unicamp.br
Rua da Reitoria, s/n | Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
13.083-872 - Barão Geraldo | Campinas – SP
Telefone: (19) 3521.4726

ANEXO 4



**COMISSÃO DA
VERDADE E MEMÓRIA**
Octávio Ianni

Campinas, 02 de setembro de 2014.

Magnífico Reitor
José Tadeu Jorge
Universidade Estadual de Campinas

Anexo seguem as manifestações de ex-docentes e ex-estudantes da Unicamp enviadas à *Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni"*. Todas estas breves cartas comentam a decisão do Conselho Universitário da Universidade que, em 5 de agosto último, não aprovou as moções das congregações da Faculdade de Educação, Instituto de Artes, Instituto de Estudos da Linguagem e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas que argumentavam em defesa da revogação do título de *Doutor Honoris Causa* concedido, em 1973, ao coronel Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação do governo militar do General Emílio Garrastazu Médici.

Respeitosamente,

Maria Lygia Quartim de Moraes
Presidente da CVM "Octávio Ianni" da Unicamp

ANEXO 5



**COMISSÃO DA
VERDADE E MEMÓRIA**
Octávio Ianni

Campinas, 02 de setembro de 2014.

Aos membros do
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Anexo seguem as manifestações de ex-docentes e ex-estudantes da Unicamp enviadas à *Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni"*. Todas estas breves cartas comentam a decisão do Conselho Universitário da Universidade que, em 5 de agosto último, não aprovou as moções das Congregações da Faculdade de Educação, Instituto de Artes, Instituto de Estudos da Linguagem e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas que argumentavam em defesa da revogação do título de *Doutor Honoris Causa* concedido, em 1973, ao coronel Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação do governo militar do General Emílio Garrastazu Médici.

Respeitosamente,

Maria Lygia Quartim de Moraes
Presidente da CVM "Octávio Ianni" da Unicamp

ANEXO 6



**COMISSÃO DA
VERDADE E MEMÓRIA**
Octávio Ianni

Prezado Prof. Bernardo Boris Vargaftig

Seu depoimento concedido à CVM “Otávio Ianni”, em 16 de maio de 2014, foi de extrema relevância para os trabalhos da Comissão na medida em que contribuiu para esclarecer os fatos relativos à sua prisão, 50 anos atrás, em plena dependência da Universidade de Campinas. Ressalte-se que este episódio – ainda inteiramente desconhecido pela comunidade acadêmica da Unicamp –, se constitui em peça importante para o Relatório final de nossa Comissão. Naquele dia tivemos também a oportunidade de apreciar seus méritos científicos e firmes convicções democráticas.

No dia de hoje, ao tomarmos conhecimento de sua carta ao prof. José Tadeu Jorge, Reitor da Unicamp – na qual renuncia ao título Doutor Honoris Causa que foi lhe outorgado por esta universidade em 1991 –, ficamos honrados e agradecidos. Honrados, pois pudemos ter o privilégio de conhecer um cientista que, diante de uma decisão acadêmica ultrajante, transformou sua indignação moral em destemido e lúcido ato público.

A Comissão também lhe é grata, pois seu desprendido gesto é muito valioso neste momento em que os setores democráticos do campus se empenham para revogar o título Doutor Honoris Causa de um alto dirigente da ditadura militar cuja vigência afronta todos os que prezam os direitos humanos, as liberdades democráticas e o pensamento crítico.

Campinas, 14 de agosto de 2014.

Maria Lygia Quartim de Moraes
Presidente da CVM “Octávio Ianni” da Unicamp

www.comissaoverdade.unicamp.br
Rua da Reitoria, s/n | Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
13.083-872 - Barão Geraldo | Campinas – SP
Telefone: (19) 3521.4726

ANEXO 7



**COMISSÃO DA
VERDADE E MEMÓRIA**
Octávio Ianni

NOTA DE SOLIDARIEDADE À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

A *Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni”* da Universidade Estadual de Campinas manifesta seu repúdio aos termos contidos no Manifesto À Nação Brasileira (26/09/2014), subscrito por 27 generais da reserva do Exército brasileiro.

Para esta Comissão, são descabidas e injuriosas as críticas feitas à Comissão Nacional da Verdade cujos trabalhos de investigação têm contribuído para esclarecer os atentados aos direitos humanos cometidos por agentes do Estado contra brasileiros e brasileiras que, no período 1964-1985, lutaram pela redemocratização do país.

Nossa solidariedade igualmente se manifesta à solicitação da Comissão Nacional da Verdade – feita recentemente – no sentido de que os comandantes militares reconheçam publicamente o envolvimento das Forças Armadas nos casos de tortura, morte e desaparecimento relatados pela CNV e comprovados pelo Estado brasileiro.

Universidade Estadual de Campinas, 29 setembro de 2014.

Maria Lygia Quartim de Moraes
Presidente da CVM “Octávio Ianni” da Unicamp

www.comissaoverdade.unicamp.br
Rua da Reitoria, s/n | Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
13.083-872 - Barão Geraldo | Campinas – SP
Telefone: (19) 3521.4726

ANEXO 8



**COMISSÃO DA
VERDADE E MEMÓRIA**
Octávio Ianni

Ilmo. Senhor
Prof. Armando José Geraldo
Prefeitura da Cidade Universitária Unicamp

Tendo em vista as recomendações da **Comissão Nacional da Verdade** no sentido de que sejam questionadas homenagens – feitas em construções públicas – a personalidades que tiveram papel decisivo na ditadura militar (1964-1985), vimos solicitar os seguintes esclarecimentos:

- Quando foi erguido o extenso mural, localizado na Praça da Reitoria, no qual é destacada a presença do militar golpista, Humberto Alencar de Castello Branco, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da Universidade Estadual de Campinas?
- Quem foi o órgão da Unicamp responsável pela decisão da construção do mural?
- Segundo seus idealizadores, quais foram as justificativas e a motivação acadêmico-intelectual do projeto?

Pela atenção a esta nossa solicitação, somos agradecidos.

Campinas, 05 de dezembro de 2014.

Maria Lygia Quartim de Moraes
Presidente da CVM “Octávio Ianni” da Unicamp